

O Voluntariado

Nos Projectos de Luta Contra a Pobreza



2001 ano internacional dos voluntários
Voluntariamente, seja.

Av. Defensores de Chaves, nº95 - 2º 1000-116 Lisboa • Tel. 21 799 18 50 a 9 • Fax 21 799 18 69 • Linha Verde 800 2001 22
e-mail: cnaiw.2001@deppmts.gov.pt • www.voluntarios.com.pt



2001 ano internacional dos voluntários
Voluntariamente, seja.

A Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários considerou como um dos seus objectivos conhecer quem são os voluntários e conhecer o voluntariado em Portugal.

Nesse sentido definiu áreas de investigação e patrocinou o desenvolvimento de um conjunto de estudos que permitissem reunir a informação indispensável à formulação de estratégias indutoras da promoção do voluntariado em Portugal.

O Voluntariado nos Projectos de Luta Contra a Pobreza em Portugal é um estudo realizado, sob coordenação do Professor Doutor Rogério Roque Amaro, por iniciativa da Fundação Aga Khan em articulação com o Patriarcado de Lisboa.

Não tendo sido desenvolvido no âmbito do conjunto de estudos do Programa de Actividades, a CNAIV patrocina a sua publicação, em conjunto com a Fundação Aga Khan, como contributo para o conhecimento específico da realidade do Voluntariado nos Projectos de Luta Contra a Pobreza.



FUNDAÇÃO AGA KHAN
PORTUGAL

ESTUDO

"O VOLUNTARIADO NOS PROJECTOS
DE LUTA CONTRA A POBREZA EM PORTUGAL"



2001 ano internacional dos voluntários

Título: O Voluntariado
Nos Projectos de Luta Contra a Pobreza

Editor: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários

Impressão: Ligrate, Lda.

Tiragem: 1.500 ex.

Dep. Legal: 177969/02

Rogério Roque Amaro (Coordenação)

Ana Quintela
Isabel Duarte
Luís Soares
Rute Martins
Teresa Pinto Correia

Fevereiro de 2002

PRCACT

Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local.
À Valorização do Ambiente e à Luta contra a Exclusão Social

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Enquadramento geral e objectivos	9
1.2. Nota metodológica	10
2. VOLUNTARIADO: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO	11
2.1. O voluntariado nas Ciências Sociais (breve nota introdutória)	11
2.2. O voluntariado ao longo da História - algumas notas	13
2.2.1. Os contextos pré-industriais	14
2.2.2. Os primeiros tempos da "era industrial"	15
2.2.3. A afirmação do Estado-Providência	17
2.2.4. Evolução recente: o período pós-industrial	19
2.3. Elementos para uma definição de voluntariado	27
2.4. Voluntariado, solidariedades e desigualdades sociais	33
2.5. Alguns elementos sobre o caso português	37
3. OS VOLUNTÁRIOS NOS PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA	38
3.1. Alguns dados gerais	40
3.2. Principais características do voluntariado	41
3.3. Formas de recrutamento adoptadas	47
3.4. Elementos de gestão e avaliação	49
3.5. Principais obstáculos e dificuldades	51
3.6. Participação pública	52
4. CONCLUSÕES	53
BIBLIOGRAFIA	59
ANEXO - Guião de recolha de informação	63

PREFÁCIO

A Fundação Aga Khan Portugal, em articulação com o Patriarcado de Lisboa, associou-se ao Ano Internacional dos Voluntários em 2001 através de um conjunto de iniciativas, entre as quais a realização de um estudo sobre a importância do Voluntariado nos Projectos de Luta contra a Pobreza. A capacitação das organizações não lucrativas constitui uma das áreas temáticas de maior relevo da Fundação Aga Khan que vem reconhecendo há décadas, a importância crescente do papel da sociedade civil nos processos de desenvolvimento.

O recurso ao trabalho voluntário é praticado por um grande número de instituições que de outra forma dificilmente sobreviveriam. Estas, no entanto, vêem-se confrontadas com as dificuldades inerentes à gestão de recursos humanos e que inclui a procura de soluções para atrair, motivar e reter voluntários no seio das organizações.

A Fundação Aga Khan Portugal e o Patriarcado de Lisboa, ambos com larga experiência no sector do voluntariado social, têm por objectivo colaborar na definição de um projecto de intervenção nesta área, para implementação em 2002. Para melhor compreender a realidade do voluntariado em Portugal, a Fundação e o Patriarcado de Lisboa propuseram avançar com a recolha e a análise de informação para a identificação de práticas conducentes ao desenvolvimento pleno do voluntariado social. O estudo sobre o Voluntariado para 2001 - coincidindo com o Ano Internacional dos Voluntários - insere-se nesta perspectiva.

As estratégias de luta contra a pobreza em Portugal assumiram nos últimos anos novas formas de expressão, dando particular relevância à participação activa da sociedade civil. Reconhece-se que a prevenção das situações de pobreza e exclusão social não será viável sem uma parceria efectiva entre os sectores públicos e privados, a integração sectorial das intervenções e a participação organizada e responsável dos cidadãos.

É neste contexto que surge o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza em 1990. A metodologia de intervenção dos projectos para eliminar os factores na origem da pobreza e da exclusão social, nomeadamente a importância atribuída ao "empowerment" das comunidades locais, em consonância com a metodologia de intervenção da Fundação, constitui uma prática de actuação inovadora.

Neste contexto de inovação e simultaneamente de experimentação colocam-se as seguintes questões:

- De que forma os projectos de luta contra a pobreza - ao fomentarem a cidadania activa - contribuem para o desenvolvimento de um voluntariado efectivo?
- De que forma o trabalho voluntário contribui para o reforço da efectividade da intervenção dos projectos de luta contra a pobreza?

O estudo tem por objectivo responder a estas interrogações. Com base nos resultados obtidos, a Fundação Aga Khan propõe disseminar os resultados obtidos, identificar formas de intervenção e implementar um programa de longo prazo de formação de voluntários, esperando contribuir para um voluntariado mais estruturado e efectivo em Portugal.



Ana Santos
Directora de Programas
Fundação Aga Khan Portugal



Leovigildo Moacho
Presidente
Cáritas Diocesana de Lisboa

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento geral e objectivos

Nesse sentido, e no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, o estudo tem por **objectivo geral** recolher e analisar a informação sobre:

- As características do voluntário;
- A avaliação qualitativa do desempenho do voluntário;
- Os processos de recrutamento, gestão e avaliação do trabalho voluntário;
- O relacionamento das organizações com os poderes públicos.

Os **objectivos específicos** podem portanto ser enunciados da seguinte forma:

a) Caracterização do voluntário

- Em termos quantitativos (peso nos recursos humanos totais da organização)
- Rotatividade (em média quanto tempo trabalha o voluntário para a organização)
- Perfil (homem/mulheres; jovens/adultos; formação; empregados/desempregados...)
- Tipo de tarefas desempenhadas

b) Recrutamento de voluntários

- Razões (questões financeiras? missão?)
- Avaliação das necessidades (quem o faz ? como é feito?)
- Processo de recrutamento (parcerias com empresas privadas ? com outras instituições? candidaturas espontâneas ?)

c) Gestão e avaliação do trabalho voluntário

- Gestão dos recursos humanos (nomeadamente na relação dos voluntários com os não voluntários)
- Avaliação (como é avaliado o trabalho do voluntário? quem o faz ? de que forma? planos de formação?)

d) Obstáculos ao trabalho voluntário

- Dificuldades encontradas no recrutamento de voluntários (necessidades da organização preenchidas pelos candidatos? existem áreas mais procuradas pelos voluntários? dificuldade em conciliar as necessidades da organização e a vontade e/ou experiência do voluntário?)
- Dificuldades encontradas no desempenho eficiente do trabalho voluntário
- Soluções propostas para ambos os casos

e) Participação pública

- Relação geral com os poderes públicos (alguma vez foi a organização consultada relativamente à nova lei? encontros com órgãos públicos para debate de ideias?...)
- Posição das organizações sobre a nova lei de 1998

Dada a limitação de tempo, o estudo contemplou, numa primeira fase, em 2001, as posições e as informações recolhidas junto dos dirigentes das organizações que colaboram em projectos de luta contra a pobreza, prevendo-se que uma consulta aos voluntários seja realizada numa segunda fase, em 2002.

Neste contexto, a Fundação contratou os serviços da PROACT para a realização do estudo referido, com vista à sua publicação no início de 2002, com o patrocínio da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.

A equipa da PROACT, coordenada por Rogério Roque Amaro (economista), foi ainda composta, no seu envolvimento mais activo, por Ana Quintela (economista), Isabel Duarte (socióloga), Luís Soares (sociólogo), Rute Martins (economista) e Teresa Pinto Correia (responsável administrativa) para além de outras colaborações pontuais.

O estudo pode ainda contar, no seu início, com as sugestões qualificadas de Alfredo Bruto da Costa, por parte do Patriarcado de Lisboa.

Os resultados do estudo são agora apresentados, numa versão mais sintética, tendo por referência um relatório mais detalhado, que inclui todos os dados obtidos, que aqui não têm cabimento, podendo essa versão mais extensa ser obtida junto da Fundação Aga Khan. A presente publicação compõe-se de:

- um primeiro ponto de introdução e apresentação do estudo, que inclui a nota metodológica que o sustenta;
- um segundo ponto, onde se procura situar, histórica e teoricamente, o(s) conceito(s) que está(ão) associado(s) ao voluntariado, de forma a delimitar os seus contornos e as suas implicações práticas;
- um terceiro ponto, em que se apresenta os principais resultados obtidos da caracterização da presença de trabalho voluntário aos projectos de luta contra a pobreza em Portugal;
- um último ponto, onde se propõe um conjunto de reflexões finais, que se devem entender mais como pistas a prosseguir e sugestões a referenciar, do que como conclusões definitivas.

Pela sua natureza, trata-se de um estudo que pretende contribuir para uma melhor compreensão teórica e empírica do papel do voluntariado nas sociedades contemporâneas, em particular em Portugal, devendo, por isso, ser entendido, nas suas limitações, como uma reflexão introdutória a um tema que tem sido pouco abordado, sobretudo com rigor e fundamentação científica.

1.2. Nota metodológica

O estudo sobre o voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza, centra-se, como já foi referido, na identificação e caracterização da presença e do papel de voluntários naqueles projectos.

Para isso, procedeu-se à seguinte recolha de elementos:

- levantamento bibliográfico sobre os temas do Voluntariado e da Pobreza e da

Exclusão Social, de forma a enquadrar teoricamente a reflexão sobre os dados empíricos a obter;

- realização de um inquérito por questionário aos coordenadores de todos os projectos de luta contra a pobreza existentes em Portugal actualmente, utilizando todas as formas de contacto à distância mais expeditas (telefone, telefax e correio electrónico), que decorreu entre 15 de Setembro de 2001 e 31 de Janeiro de 2002 ;
- tratamento informático e análise dos dados obtidos do inquérito, com vista à caracterização do voluntariado naqueles projectos, à luz do enquadramento teórico mencionado.

Pretende-se que, daquela caracterização, possam também surgir recomendações de acções e políticas para futuro enquadramento desta problemática.

Apresenta-se em anexo o guião de recolha de informação utilizado junto dos coordenadores dos projectos.

2. VOLUNTARIADO: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO

Neste capítulo procura-se enquadrar, histórica e teoricamente, o tema do voluntariado, contribuindo para delimitar as fronteiras do conceito e as suas relações com outros conceitos e práticas de áreas próximas.

Nesse sentido, começa-se por abordar, de uma forma breve, a relação que se tem estabelecido entre a prática do voluntariado e a reflexão científica sobre a mesma, para, de seguida, se situar, sinteticamente, o papel e as características do voluntariado ao longo da História.

Num terceiro ponto, pretende-se contribuir com algumas reflexões, de natureza mais teórica, para a definição do conceito de voluntariado e para a análise das suas relações com conceitos vizinhos.

No ponto seguinte, estabelecem-se algumas relações entre voluntariado, solidariedade e desigualdades sociais, de forma a estabelecer uma ponte com o capítulo três, em que se vai caracterizar a existência de voluntários nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal, pelo que, no mesmo sentido, se fará, no quinto ponto deste capítulo, uma breve referência ao caso português, no que diz respeito ao voluntariado.

2.1. O voluntariado nas Ciências Sociais (breve nota introdutória)

"Coexisten dos señaes contradictorias: por una parte, el crecimiento de las organizaciones voluntarias es una realidad incontestable, cuya vigencia está vinculada a procesos sociales, políticos y culturales; por outra, resulta manifiesta la pobreza de sus reflexiones y de sus marcos teóricos. Estas dos velocidades, que no parecen acortar sus distancias, determinan el momento actual del voluntariado" (Roca, 1994, pp. 17).

Na medida em que o presente estudo coloca em contacto duas linguagens, até ao

momento pouco dialogantes, voluntariado e ciência, pareceu correcto iniciar e enquadrá-lo com uma breve referência ao estado actual da comunicação entre ambas. A primeira constatação não poderia ser mais fundamental: é necessário produzir reflexão propriamente científica sobre o voluntariado. É esmagador o silêncio dessa reflexão, o que impede de aceder a um património colectivo historicamente sedimentado, com base no qual se possa enquadrar e aprofundar o estudo de um tal fenómeno. Decorre daqui uma segunda linha programática, a saber: a necessidade de compreensão desse mesmo silêncio, condição indispensável para a produção dessa reflexão científica. Duas razões, entre outras, poderão ajudar a explicar essa espécie de divórcio entre voluntariado e reflexão científica:

a) O entendimento, por parte das ciências sociais, que o voluntariado enquanto objecto de estudo era, senão "indigno", pelo menos desinteressante, não se perspectivando que tal objecto pudesse ser um alvo privilegiado da sua atenção, pelo que a literatura sobre este tema é escassa e só recentemente se desenvolveu um pouco. A "indignidade" decorre, em boa parte, da sua associação com a manutenção/gestão da ordem social vigente, quando as preocupações de algumas ciências sociais, de que mais se poderia esperar a abordagem do tema do voluntariado, nomeadamente da sociologia, apontam, sobretudo, para a análise de toda a novidade social cuja encarnação por excelência eram/são os movimentos sociais. Desde o seu representante clássico, o movimento operário, até todos os novos movimentos sociais (ecológicos, feministas, étnicos, etc.), todos eles colocavam o voluntariado, a ter alguma importância, na condição de suporte secundário dessa movimentação, não tendo pois o estatuto de objecto de estudo de pleno direito.

b) Em consequência desse isolamento comunicacional, voluntariado e ciências sociais, construíram linguagens próprias que foram tornando quase impossível o diálogo, ainda que ambas pudessem referir-se aos mesmos fenómenos.

O que fazer então?

Romper, por um lado, com essa visão desqualificadora do voluntariado por parte das ciências, admitindo a sua crescente importância enquanto fenómeno social, reconhecível nas representações dos seus protagonistas, para os quais ele se assume como um movimento social de pleno direito, mas também na sua crescente capacidade de transformação da realidade social.

Por outro lado, reconhecer o carácter estratégico que tal objecto representa para o aprofundamento de um conjunto de questões internas às próprias ciências sociais.

Ainda que de forma muito embrionária, é a estes níveis que o presente capítulo pretende contribuir.

No entanto e, em parte, consequência desse silêncio colectivo, a reflexão actual sobre o tema não pode deixar de ser ainda escassa na paisagem empírica que enquadra, e tateante nas orientações teóricas que avança. Também por aqui se reforça o carácter

necessariamente programático deste capítulo, colocando-se mais como um conjunto de pistas do que propriamente como um conjunto de reflexões sedimentadas, esperando que os resultados desta investigação também contribuam para essa mesma sedimentação. Mas estes desafios não se colocam apenas para a investigação em curso, ou, de uma forma geral, para futuras investigações no âmbito das ciências sociais, mas também para os próprios protagonistas do voluntariado.

De facto, ainda que duas condições estivessem reunidas, ou seja que existisse um património colectivo sedimentado e que este estudo, fazendo uso desse património, tivesse ele próprio incorporada toda uma maior maturação, ainda assim, qualquer produto científico tem de prestar contas perante outras formas de conhecimento, nomeadamente de base indutiva, partindo da experiência e da reflexão dos próprios voluntários, tomando-as como ingredientes indispensáveis do seu próprio processo de fermentação.

Dito isto, por todas as razões apontadas, este capítulo não pode deixar de se apresentar como um conjunto de propostas desafiantes à reflexão conjunta.

2. 2. O voluntariado ao longo da História - algumas notas

Pretende-se neste ponto dar conta, de uma maneira breve, das principais condicionantes sociais que foram marcando, ao longo da História, a evolução do papel e das características do voluntariado.

Esta análise histórica obedece a três pressupostos básicos.

Em primeiro lugar, e até pela própria natureza da literatura existente sobre o fenómeno, ela encontra-se restringida às sociedades europeias, ainda que alguns dos seus traços possam ser generalizados às sociedades ocidentais como um todo.

Em segundo lugar, o seu objectivo fundamental é caracterizar, em traços genéricos, aquilo que são as fases fundamentais pelas quais o voluntariado passou, pelo que se enunciarão apenas as realidades históricas em que é possível identificar desafios marcantes para a concepção e as práticas do voluntariado. Não se trata pois de uma História do Voluntariado contínua e completa, mas antes de **traços históricos** exemplificadores de contextos mais marcantes neste domínio.

Por fim, e, em parte em consequência do que foi dito, far-se-á abstracção de localizações espaciais concretas e de temporalidades exactas, entendendo que cada sociedade se relacionará perante a cronologia delineada de forma particular.

A análise realizada obedece a dois eixos de referência.

Por um lado, procura-se sempre ter em conta aquilo que são as características que o voluntariado apresenta para cada período, fazendo recurso a três traços fundamentais: a sua dimensão, a sua autonomia e a sua natureza, entendendo que desta última fazem parte os próprios agentes voluntários, respectivos modos de agir e os objectivos da sua acção. Por outro lado, procura-se dar conta dessas características através de um modelo explicativo que, partindo do entendimento do voluntariado enquanto forma de relação social destinada à produção de "bens e serviços" (no sentido mais genérico do termo),

considera que o voluntariado não pode ser analisado sem se atender às características do "mercado" no qual esses bens são produzidos e consumidos.

Assim, quanto a este último ponto, haverá que atender, quer, ao conjunto de procuras sociais existentes, de cuja resposta pode, de algum modo, fazer parte o voluntariado, e, por outro, aos restantes produtores, isto é, ao conjunto de agentes cuja esfera de "produção" se sobrepõe, em maior ou menor grau, à do voluntariado, e que, portanto, estão, ainda que objectiva e potencialmente, em concorrência com ele na satisfação daquelas necessidades.

No entanto, para dar conta de uma forma mais conseguida das fisionomias do voluntariado, o modelo explicativo não pode restringir-se apenas a esta dimensão mais interna, porquanto este "mercado" não existe no vazio social, havendo que estender a análise ao conjunto de características sociais mais determinantes para a acção do voluntariado e para a natureza desse próprio "mercado".

Tendo em conta esta matriz de leitura histórica, delimitaram-se quatro contextos históricos fundamentais, como contribuição para esta análise do voluntariado:

- os contextos pré-industriais, na sua generalidade;
- os primeiros tempos da era industrial (século XIX - princípios do século XX);
- a época de ouro do Estado-Providência, ocorrendo sensivelmente entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 70 do século XX;
- a transição para as sociedades pós-industriais (ou pós-modernas, como alguns autores preferem chamar), correspondendo aos últimos cerca de 30 anos.

2.2.1. Os contextos pré-industriais

É o período histórico de mais difícil delimitação e caracterização, porque:

- corresponde a um tempo histórico imenso, com periodizações e características extraordinariamente diversificadas;

- albergar contextos culturais e civilizacionais extremamente variados e, em geral, mal conhecidos, quando o domínio e a homogeneização impostos pelos "conquistadores" europeus, através das mais diversas formas de colonialismo e imperialismo, ainda não estavam generalizados a todo o planeta (ou seja, mundializados);

- é o período sobre o qual existe menos informação, desconhecendo-se, portanto, muitas das suas características e episódios mais marcantes.

É, portanto, por comodidade e facilitismo de caracterização que se "arruma" provisoriamente o primeiro período histórico do voluntariado nesta designação genérica de "os contextos pré-industriais". É contudo fundamental investigar sobre a existência e a natureza do voluntariado, em vários dos períodos históricos e das culturas que constituem estas etapas da História anteriores à Revolução Industrial¹.

Elemento contudo importante desta reflexão é o facto de o conceito moderno de voluntariado só ter adquirido relevo num contexto de mercantilização das relações de trabalho, ou seja, a partir do momento em que o trabalho assalariado (a compra e a

venda de força de trabalho) se transformou na relação de produção dominante, o que só ocorreu após a Revolução Industrial, ou seja com a eclosão do capitalismo como sistema económico e social dominante.

Dai que, provisoriamente, para efeitos deste estudo e até à disponibilização de investigações mais profundas e fundamentadas, do ponto de vista histórico, se assuma este primeiro grande período, como caracterizador de uma primeira grande fase da história do voluntariado: aquela em que ele não teve de "conviver/concorrer" com o trabalho assalariado (remunerado) dominante.

Por isso, este primeiro período pode ser caracterizado pela **inexistência de voluntariado**, enquanto conceito e categoria com reconhecimento social.

Não quer dizer que o tipo de acções, tarefas e serviços actualmente atribuíveis ao voluntariado, não se encontrem, factual e objectivamente, em vários momentos e sociedades que estão incluídas neste período, mas tão-somente que não há, por enquanto, uma evidência do seu reconhecimento e valorização social generalizada.

A inexistência do conceito pode ser reendereçada a duas situações distintas:

Por um lado, as situações em que o voluntariado não existia enquanto figura social autónoma, isto é, em que ele estava integrado em fenómenos de maior complexidade, dos quais, e à luz do olhar contemporâneo, ele seria apenas uma componente. O reconhecimento social é feito ao nível dessas totalidades (trabalho familiar, escravatura, regime de servidão, por exemplo), sem que exista pertinência para proceder à autonomização dum suposto trabalho voluntário. Assim, a existência do voluntariado, nestes casos, só poderá ser (re)constituída de frente para trás, isto é, do presente para o passado e sempre com base num modo de proceder analítico, isto é, através da fragmentação de tais totalidades no sentido de depurar aquilo que poderia ser concernente ao voluntariado, se é que tal conceito faria então sentido.

Por outro lado, as situações em que determinado tipo de tarefas e acções de base voluntária está associado a imperativos de ordem moral ou religiosa, prefigurando uma das mais importantes motivações do voluntariado moderno².

O importante nestes casos não será tanto proceder a uma inventariação, praticamente infundável, daquilo que são as inúmeras situações em que o voluntariado existindo não possui, contudo, um estatuto autonomizável, mas à constatação da sua existência e dos termos em que ela se coloca.

2.2.2. Os primeiros tempos da "era industrial"

Na sequência dos problemas sociais suscitados pela Revolução Industrial e pelos novos modos de vida e de organização do trabalho dela resultantes, as lógicas de entreatajuda e de solidariedade organizada, assentes no voluntariado, ganharam uma expressão e um reconhecimento social que constituem um marco nesta análise histórica.

¹ Em civilizações como as ameríndias, árabes, africanas, chinesa, grega, romana, etc.

² Como diz um dos investigadores mais conhecidos sobre esta matéria: "Qué fueron las tradiciones religiosas en sus orígenes sino instancias de movilización de hombres y mujeres que de manera voluntaria extendían una proclama gratuita a favor de los desvalidos? Su credibilidad procedía de lo que hoy llamaríamos «acción voluntaria»" (Roca, 1994, pp. 12).

Para dar conta desta mudança, é necessário, em primeiro lugar, atender às transformações que ocorreram com repercussões directas e indirectas no mercado da ajuda social. Delas fazem parte dois processos.

O primeiro refere-se à hegemonização do modelo mercantil das relações de trabalho, isto é, do entendimento do trabalho enquanto mercadoria disponibilizada num mercado, o mercado de trabalho, recebendo em troca uma determinada retribuição económica. Em torno desta relação fundamental foi-se então afirmando um conjunto de mecanismos sociais de regulação e legitimação desse mesmo modelo, com destaque para:

- os sindicatos, centrando a sua acção na defesa daqueles que vendiam a sua força de trabalho;
- as entidades patronais, defendendo os interesses daqueles que compravam essa força de trabalho;
- e, por fim, o próprio Estado, orientando a sua acção para a concertação de interesses de ambas as partes.

Toda uma infraestrutura social estava assim constituída para dar conta das relações de trabalho assentes numa lógica de mercado.

Neste cenário, são várias as implicações para o voluntariado, todas elas remetendo para uma dimensão particular da sua fisionomia e natureza, mais concretamente para a forma como passou a ser conhecido e reconhecido, uma vez que a hegemonização do referido modelo acentua, de forma historicamente sem precedentes, o **carácter gratuito do voluntariado**, tornando-se, por excelência, o seu traço distintivo.

De algum modo, e de forma algo paradoxal, o voluntariado nunca tivera, simultaneamente, tanta visibilidade e invisibilidade social. De facto, para além das transformações na natureza do voluntariado relacionadas com a sua identificação social, é de sublinhar uma outra dimensão do reconhecimento social, em termos valorativos, dado que o referido cenário colocou o voluntariado numa relação de desvalorização em face do modelo mercantil.

Isso mesmo é patente de forma paradigmática na relação que os sindicatos com ele mantinham. O voluntariado era então visto como uma forma mais ou menos encapotada de substituição de trabalho pago e portanto de enfraquecimento da capacidade negocial dos trabalhadores, particularmente em situações de conflito mais aberto, como sejam as greves e outras formas de protesto nas quais a principal arma dos trabalhadores seria precisamente a sua força de trabalho.

O segundo processo, relativo às mudanças condicionadoras do mercado de ajuda social, é o que se refere à profissionalização das relações sociais. Em causa está, fundamentalmente, a crescente especialização das competências utilizadas na produção de bens e serviços, especialização essa que assenta não só na divisão técnica do trabalho, como no aprofundamento dessas competências.

Em torno desta profissionalização e destas competências constituiu-se então toda uma infraestrutura social que as garantia e legitimava enquanto modelos prevaletentes de relação "laboral", dela fazendo parte um sistema de ensino superior, com a disseminação

das universidades, institutos e afins, a constituição de ordens profissionais, assim como o próprio Estado reconhecendo não apenas a especificidade das competências adquiridas, como, a jusante, garantindo o monopólio de determinados mercados sociais para o exercício das mesmas (só pode exercer medicina quem for médico, e só é médico quem possui o diploma universitário, só pode ser advogado quem...etc.).

O processo de profissionalização das relações sociais implicou um conjunto de transformações no (re)conhecimento social do voluntariado, quer no que se refere à sua natureza, quer no que respeita à sua autonomia.

As transformações de natureza estão, no essencial, relacionadas com o facto de passar a ser também socialmente (des)valorizado em função do grau de especialização que lhe é pressuposto, e, portanto, a ser socialmente desqualificado enquanto intervenção não especializada, não profissionalizada, não competente, etc.

Repare-se que o voluntariado não é mas torna-se "não competente", perante um cenário em que o processo de profissionalização constitui um novo princípio de visão e divisão da realidade: a especialização. Boa parte das discussões ulteriores sobre o voluntariado situam-se nos próprios termos que esse processo de profissionalização colocou, ou porque rejeitam a condição de não especializado do voluntariado, ou porque afirmam a vantagem comparativa dessa condição perante os profissionais.

As implicações ao nível da autonomia do voluntariado relacionam-se precisamente com esta nova geografia simbólica em termos da redistribuição de tarefas, que coloca o voluntariado na condição subalterna perante o profissional, tendo a sua acção definida pelos parâmetros por ele estabelecidos.

2.2.3. A afirmação do Estado-Providência

Com o aparecimento do Estado-Providência nos países capitalistas desenvolvidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial (e, de certa maneira, a correspondente constituição do bloco socialista na Europa de Leste), alteram-se radicalmente as condições de funcionamento do mercado das chamadas necessidades sociais.

Com o advento da chamada Sociedade do Bem-Estar ("welfare state"), transformam-se quer as condições da procura, quer as da oferta relativas aos consumos individuais e colectivos de natureza social.

No que respeita à procura (necessidades), cabe destacar o processo de constituição da segunda geração de direitos, concretamente os direitos sociais, que passaram a reconhecer a importância de um conjunto de bens e serviços fundamentais, como seja a saúde, a educação, o emprego, etc.

O reconhecimento e, portanto, a constituição social destas necessidades teve também implicações importantes no respectivo modelo de satisfação, ou seja na oferta, uma vez que, dada a sua universalidade (a todos eram reconhecidas essas necessidades e o direito de as verem satisfeitas), a sua resposta exigia a montagem de uma enorme infraestrutura social cobrindo todos os grupos sociais e todo o território nacional.

Este papel acabou por pertencer ao Estado, concretamente através da constituição do

Estado-Providência. O surgimento deste novo actor no mercado de ajuda social trouxe profundas implicações para o voluntariado.

A oferta proporcionada pelo Estado-Providência assimilou a própria natureza mercantil e profissional das relações de trabalho típicas das sociedades industriais: os funcionários públicos são trabalhadores assalariados, especializados em determinadas tarefas, segundo os princípios da divisão técnica do trabalho.

Nesse sentido, uma das consequências mais importantes do Estado-Providência para o voluntariado resulta dessa característica, com implicações na sua natureza, mais concretamente na sua identidade social, uma vez que o monopólio que a mercantilização e a profissionalização do trabalho assumiram no interior da própria intervenção estatal, impediu, ou pelo menos dificultou bastante, a possibilidade do voluntariado ser ele próprio uma das formas presentes no Estado-Providência.

Recordando que o voluntariado é, antes de mais, um regime particular de prestação social em nada implicando quanto à cobertura organizacional e jurídica que o envolve, nada impediria que também ele fizesse parte desse Estado-Providência, que, no entanto, o excluiu, pelas razões referidas.

É partindo desta exclusão, que muita literatura começa por colocar os termos do relacionamento entre Estado-Providência e voluntariado, não se dando por vezes conta que as duas instâncias não partilham de uma mesma natureza, e que, portanto, não são, por princípio, incompatíveis. Historicamente o que sucede, no entanto, é que o voluntariado acaba por ser remetido para a sociedade civil e, a partir daí, identificado como tal por oposição ou complemento ao Estado.

Perante a acção do Estado-Providência, o voluntariado começou por ser redefinido como desajustado, profundamente insuficiente para dar conta da escala das "novas" necessidades sociais. A um certo descrédito face à eficácia da sua intervenção juntou-se a animosidade ou pelo menos a desconfiança de uma ordem e um Estado social secularizados, sendo visto como vestígio de uma ordem paternalista, assistencialista, cuja actuação caritativa era quase sempre motivada pela religião.

As transformações na identidade social do voluntariado resultaram ainda das transformações numa outra dimensão da sua natureza, o seu objecto de intervenção. De facto, o surgimento do Estado-Providência implicou uma nova divisão social do trabalho na área da ajuda social, na qual ao voluntariado corresponderia a parcela respeitante àquilo que era entendido como "marginal", "especializando-se" em situações mais difíceis³.

Assim o voluntariado, ainda que considerado ineficaz e desajustado, quando comparado com o Estado-Providência, não deixava, nessa nova divisão social do trabalho de ajuda social, de ter o seu lugar, **complementar** da intervenção estatal, dentro daquilo que eram considerados os seus limites,

O contexto desta transformação da natureza do voluntariado era também aquele que o remetia assim para uma condição subalterna na referida divisão de trabalho (posição

que ocupava juntamente com as relações familiares, as relações vicinais e comunitárias), estando os termos daquela definidos pelo Estado, que era simultaneamente regulador e agente de produção no mercado da ajuda social.

Para além da redução da sua autonomia, o voluntariado via-se, nessa nova divisão de trabalho, a ocupar-se dos "marginais", com uma acção estatisticamente menos relevantes, porquanto a grande parcela da exclusão social, os "marginalizados", era monopolizada pelo Estado-Providência.

2.2.4. Evolução recente: o período pós-industrial

O período mais recente (últimos 30 anos) é caracterizado por um forte recrudescimento do voluntariado e por uma crescente complexificação da sua natureza e autonomia. Para dar conta destas transformações torna-se indispensável, antes de mais, atender às novas condições sociais, nomeadamente as relativas ao "mercado de ajuda social", do qual fazem parte as relações voluntárias.

Entre as condições sociais (em sentido amplo) que García Roca⁴ considera para este efeito, importa, dentro daquilo que é o modelo analítico adoptado neste ponto, salientar aqui as condições económicas. A importância destas, no entender deste autor, está relacionada, como se explica adiante, com a constituição do voluntariado como fenómeno **socialmente necessário**, isto é, tendo a sua razão de ser não apenas nas motivações e sacrifícios e disponibilidades exclusivamente individuais, como sucedia nos restantes períodos, mas também numa necessidade social que faz dele um fenómeno estrutural, uma das forças sociais das sociedades onde essas condições estão reunidas.

No que se refere às condições económicas o autor referencia fundamentalmente dois fenómenos.

Por um lado, a constituição nas sociedades caracterizadas como pós-industriais de um novo ciclo vital, caracterizado pelo aparecimento de todo um conjunto de novos protagonistas sociais, concretamente jovens e idosos, em função da passagem de sociedades assentes no trabalho industrial, para sociedades que passam a ser estruturadas a partir da ideia mais lata de ocupação (e de consumo), reconfigurando os papeis sociais e as expectativas pessoais⁶.

O segundo aspecto da dimensão económica em análise está relacionada com a crescente constituição daquilo que Roca designa por "tempo liberto"⁷.

Nesta perspectiva, as sociedades industriais caracterizavam-se por uma estrutura temporal feita fundamentalmente a dois tempos: o tempo de trabalho e o tempo de descanso, no qual se promove a restituição das energias indispensáveis à continuidade do processo produtivo. Ambos constituem o **tempo ocupado**.

⁴ A distinção é feita pelos mesmos autores. Cf. Montanés; Villasante; Alberich, 1996, pp. 13-25.

⁵ Cf. Roca, 1994, pp. 27-58.

⁶ "Los jóvenes se resisten a ser definidos exclusivamente por su condición de eternos aspirantes al trabajo que se les promete para el día después, y en su lugar recuperan su papel activo a través de múltiples actividades ya desde su propia infancia. Las personas mayores no se identifican hoy con la pasividad ni con la obsolescencia, sino que gozan de salud, de autonomía y inquietudes sociales (...) como lo demuestra la riqueza de asociaciones voluntarias en el ámbito de las personas mayores." (Roca, 1996, pp. 30).

⁷ Tradução livre de "tiempo liberado".

³ "Elementos que por su singularidad (deficiencias físicas/psíquicas o prácticas consideradas como asociales) precisaban de una atención especial con el objeto de ser adaptados o reconducidos por el buen camino" (Montanés; Villasante; Alberich, 1996, pp. 14).

Ora, aquilo que parece próprio das sociedades pós-industriais, é, segundo o autor citado, o surgimento de uma estrutura temporal da qual faz parte um novo tempo, o **tempo livre**. Assente quer no próprio desenvolvimento da produtividade, em parte fruto do desenvolvimento tecnológico, quer na necessidade crescente de uma repartição do trabalho. o surgimento desse tempo livre lança as condições para a afirmação de uma subespécie desse mesmo tempo livre, o tempo disponível ou o **tempo liberto**.

É neste tempo que se desenvolve o conjunto de actividades que substanciam o voluntariado, e que não obedecem, directa ou indirectamente, à lógica económica, ao contrário do que acontece frequentemente com a outra sub-espécie de tempo livre, que o autor designa por tempo vazio, e que corresponde no essencial ao lazer apoiado no consumo, o qual alimenta segmentos importantes da produção pós-industrial (serviços pessoais e colectivos, serviços culturais e lúdicos, etc.)

As implicações destas transformações para o voluntariado estão relacionadas quer com a sua dimensão, quer com a transformação da sua natureza ao nível da caracterização social dos voluntários e da sua finalidade, porquanto boa parte do voluntariado jovem, por exemplo, ultrapassa os objectivos sociais em muitas das suas acções neste domínio. Por outro lado, o autor afirma, a partir dessas condições materiais de existência, o crescimento e democratização do voluntariado, fazendo dele um fenómeno normal da existência dos mais diversos agentes sociais.

Tal não significa, no entanto, que se verifique uma simetria na distribuição dos voluntários por grupos etários e classes sociais, havendo factores sociais, económicos e culturais que determinam diferentes possibilidades e opções de ocupação do "tempo liberto" (em actividades de voluntariado, por exemplo) e do "tempo vazio" (ocupado com o ócio, o consumo e o privatismo), conforme se é jovem, adulto, sénior, homem, mulher e/ou se pertence a um ou outro grupo social e étnico. Ou seja, as opções relativas ao "tempo liberto" e ao "tempo vazio" não são socialmente indiferenciadas⁹.

Uma outra linha explicativa da fisionomia do voluntariado neste período mais recente, diz respeito à própria situação interna do "mercado" onde o voluntariado actua, sendo, mais uma vez, conveniente considerar, por um lado, as necessidades sociais e a sua evolução (ou seja, a procura), e, por outro, as respostas a essas necessidades, considerando os restantes agentes envolvidos na sua satisfação e as transformações que conheceram (ou seja, a oferta).

Começando pela **necessidades sociais** há que atender a três situações distintas.

Em primeiro lugar, verifica-se a não diminuição, face ao período anterior, senão mesmo o aumento das necessidades de apoio social, em resultado da permanência/aumento das desigualdades sociais. Este fenómeno pode ser analisado a três níveis:

- nas profundas assimetrias existentes (e agravadas, nos últimos anos) entre países ditos desenvolvidos (ou do norte) e subdesenvolvidos (ou do sul), tornadas mais evidentes a partir de inúmeros relatórios de organizações internacionais e de ONGs, nos últimos anos;

- no interior dos países do sul, com níveis escandalosos de pobreza absoluta e que se tornaram cada vez mais conhecidos e mediatizados;
- no interior dos próprios países "ricos", onde a pobreza e a exclusão social têm ganho expressões insuspeitas desde há alguns anos.

Há portanto crescentes assimetrias que atravessam o planeta em todas as direcções e que são acentuadas com os processos de globalização, criando um fosso enorme entre os que estão socialmente garantidos (mais do que nunca) e os que estão nas margens desses processos, cada vez mais excluídos⁹.

Partilhando, grosso modo, da mesma geografia (ambos fazem parte das sociedades ocidentais, ou de um mesmo planeta), a relação entre os dois extremos da distribuição da riqueza é feita de incomunicação quase total, não apenas porque os seus contactos são escassos, mas também porque a distância social que os separa os torna mutuamente incompreensíveis. Neste cenário, as implicações sobre o voluntariado, fazendo-se sentir sobre a sua dimensão, atingem sobretudo a sua natureza.

Antes de mais ao nível do seu objecto de intervenção, não apenas porque se vai alargando a um novo conjunto de sectores que partilham as margens (jovens e desempregados de longa duração; reformados, tenham ou não completado o tempo útil de trabalho; deficientes; doentes crónicos; populações inteiras subnutridas; vítimas de epidemias; vítimas da guerra, refugiados, etc.), mas também porque a escala a que a sua intervenção se coloca deixou de ser apenas nacional e é cada vez mais uma escala global.

Depois ao nível dos modos de actuação que lhe podem estar associados. De facto tais situações e a sua problemática podem exigir do voluntariado que funcione, de certa forma, como correia de transmissão e alerta social:

- quer através da **comunicação social**, fazendo chegar ao centro da sociedade as suas margens, levando à sua descoberta e denúncia social, e fazendo chegar o centro à periferia, através de uma efectiva democratização do acesso à informação;
- quer da **comunicabilidade social**, pela mediação que pode operar entre ambas as realidades, através da tentativa de constituição de uma linguagem emergente, comum a ambas, quando assume que a mera transmissão se torna insuficiente.

Esta transformação na natureza do voluntariado implica por consequência uma redefinição da sua identidade, na medida em que o voluntariado deixa de ser (apenas) assistencialista, para se tornar voluntariado de **desenvolvimento** (ou de **emancipação**, ou de **cidadania**), mas mantendo-se (também, em certos aspectos) assistencialista.

Curiosamente é a partir de tal "descoberta" que se começa a falar (para criticar) de voluntariado assistencialista, e se desencadeia todo um conjunto de tomadas de posição em prol ou dissociando-se de um tal papel. Não deixa de ser curioso que boa parte da literatura sobre o voluntariado, quase sempre produzido por agentes cometidos com o fenómeno, se centra nesta relação de tensão com o "assistencialismo".

⁹ "Así, cada vez es mayor la distancia entre el mundo «integrado» y el mundo de la marginalidad, que há sido expulsado de aquél. El primero está formado por una elite social: los profesionales e técnicos, los grupos de poder y la clase trabajadora con recursos propios y empleo estable. El mundo de la marginalidad, por lo contrario, se localiza en las «bolsas de pobreza»: parados de larga duración, minorías étnicas, disidentes sociales..." (Roca, 1994, pp. 154)

As transformações na natureza do voluntariado não são, por outro lado, sem consequência para o próprio reconhecimento normativo que o fenómeno passou a suscitar. Boa parte da legitimidade e 'elogio' social que o voluntariado passou a ter nos últimos anos, decorreu, quer da maior visibilidade social que os novos papéis lhe conferem e exigem, eles próprios socialmente legítimos, quer dos novos objectos da sua acção, com particular destaque para as deficiências, as doenças crónicas (sida, cancro, Alzheimer, etc.), e, de uma forma geral, a problemática do terceiro mundo.

Em segundo lugar, no que se refere às alterações nas necessidades sociais, nas quais o voluntariado está envolvido, a par da sua evolução quantitativa, há que ter em conta um novo entendimento da sua qualidade, que assenta, fundamentalmente, em duas vertentes:

- a necessidade de atender à dimensão local dos problemas sociais, sublinhando a sua especificidade através de um contacto e um conhecimento mais aproximado da sua realidade e, portanto, de **respostas de proximidade**, fazendo ressaltar as competências relacionais e humanas (e não apenas técnicas) nessas respostas, reconhecendo-se, no entanto, que o local não é auto-suficiente, nem deve ser separado das dinâmicas regionais, nacionais, e globais e, portanto, que a compreensão e **resolução local** daquelas necessidades exige a compreensão e a **acção global** ("pensar e agir local pensando e agindo global"), não sendo estas duas lógicas contraditórias, como poderiam parecer à primeira vista;
- uma nova perspectiva sobre os portadores de necessidades sociais, considerados já não apenas na sua condição de *objecto* de intervenção, mas antes na sua qualidade de *protagonistas* no próprio processo de satisfação das suas necessidades, porquanto dotados de recursos e competências que podem ser canalizadas de forma responsabilizadora para esse processo, pelo que a resolução das necessidades sociais dos diversos indivíduos e grupos sociais não deverá ser tomada enquanto finalidade em si própria, na medida em que a principal necessidade a satisfazer se situa ao nível da capacidade dos agentes para levarem a cabo essa resolução (*empowerment*).

As implicações que estas transformações possuem ao nível do voluntariado, reflectem-se antes de mais na sua própria extensão. De facto, se, como se viu anteriormente, o crescimento quantitativo das necessidades sociais em resultado da dualização social alargava o potencial "mercado" para o voluntariado, esse processo é exponencializado se se atender a esta dimensão qualitativa das necessidades.

Este alargamento do mercado do voluntariado, está relacionado, antes de mais, não com uma transformação "objectiva" do mesmo mas com a sua redefinição identitária.

De facto, como se viu anteriormente, com o aparecimento do Estado-Providência, o voluntariado passou a ser definido pela sua ineficácia, porquanto a sua acção se colocava sobretudo a um nível de análise local, por contraposição com aquilo que é a transversalidade territorial desse mesmo Estado.

Agora, no contexto do novo entendimento das necessidades sociais, é a própria definição de eficácia e de ajustamento, que está colocada em causa, através da inclusão dos novos parâmetros na matriz da ajuda social. Com esta transformação, em parte

protagonizada pelo próprio voluntariado, este último vê redefinida e revalorizada a sua identidade, fazendo associar o tal atributo local a um conjunto de outros termos bem mais positivos, como sejam o de intervenção qualitativa, humana, próxima, inovadora, flexível, etc.

Mas a própria natureza do voluntariado também se modifica a partir daquele novo entendimento das necessidades sociais.

De facto, sendo verdade que o voluntariado possuía, "espontaneamente" propriedades que o tornavam mais próximo desse novo entendimento, este último obrigou no entanto a duas transformações importantes no modo de agir desse voluntariado, a qualquer uma delas estando subjacente a necessidade de **qualificação** da sua acção, quer através de processos de reflexão sobre a sua prática e os contextos nos quais ela é levada a cabo, quer de formação técnica mais convencional, de tipo "profissionalizante".

Se é verdade que o processo de profissionalização típico das sociedades industriais lançou o voluntário para a condição de "não-especializado" e, em parte em função disso, o obrigou a uma requalificação interna, agora este novo entendimento das necessidades sociais está a proporcionar um forte impulso à formação de cariz "profissionalizante" do próprio voluntário. Basta percorrer alguma da literatura recente (citada na Bibliografia) sobre o voluntariado para verificar a importância que a formação passou a ter nesse domínio.

É então da articulação entre estas competências adquiridas e as "espontâneas" do voluntariado que emerge a primeira transformação no seu modo de acção, que passou a ser assente na combinação dos seus "saberes" técnicos adquiridos e actualizados (pela formação) com as suas capacidades humanas e relacionais intuitivas (mas) possíveis de melhoria e reforço, também pela formação) estas novas exigências inerentes à formação, não se esgotam apenas numa intervenção mais qualificada sobre as necessidades sociais, mas implicam também novas formas de intervenção, porquanto passa a ser importante reconhecer a dimensão não-local das necessidades a que se responde localmente. A sua acção terá então de ser também contestatária e actuante ao nível da definição das políticas que visam agir sobre a realidade social nos seus diversos níveis e âmbitos.

Em qualquer dos casos aquilo que passou a estar em causa é fundamentalmente uma acção política por parte do voluntariado, quer pela potenciação política daqueles que possuem as necessidades ("empowerment"), quer pela sua própria acção crítica.

Estas tendências não são contudo generalizáveis a quaisquer circunstâncias ou tipos de voluntariado ou de voluntários.

Em terceiro lugar, ainda no que diz respeito à concepção das necessidades sociais neste último período, há que assinalar que elas assumem novas expressões, caracterizadas fundamentalmente por um carácter pós-materialista, porquanto aquilo que está em causa não é já a garantia das condições materiais de existência fundamentais e a sobrevivência económica, mas a qualidade dessa sobrevivência. É neste sentido que surge a terceira geração de direitos (ambientais, no sentido mais amplo).

No âmbito destas novas necessidades assinalam-se duas tendências:

- a primeira refere-se à insegurança e aos riscos crescentes nas sociedades actuais,

perante as quais as garantias tradicionais, proporcionadas pelo Estado-Nação (as fronteiras geográficas e culturais, a defesa bélica, a protecção dos mercados) e pelo mercado (crescimento económico), já não são suficientes, surgindo uma série de procuras relacionadas com as necessidades de segurança (física, afectiva, psicológica, social, etc.);

- a segunda diz respeito a procuras crescentes ligadas ao desporto e ao lazer, bem como, noutra vertente, à política e à cultura (como a promoção da interculturalidade e o combate cultural ao racismo e à xenofobia, a defesa dos direitos dos homossexuais, das mulheres, a protecção dos animais, a educação cívica, etc.).

Ambas as lógicas são importantes para a compreensão do voluntariado, e isto a vários títulos.

Antes de mais, porque à sociedade de risco e às restantes novas procuras, está inerente todo um conjunto de novas necessidades que vão para além, ou que são irredutíveis à questão social (crise ambiental, destruição bio-química, defesa dos animais, etc.), ampliando assim o mercado para a potencial acção do voluntariado, surgindo novas formas de voluntariado: ambiental, cultural, cívico, desportivo, empresarial, político entre outros. Para além da modificação da sua identidade, o voluntariado vê ainda transformada a sua natureza, através de uma concomitante mudança dos seus objectivos, porquanto já não é só a sobrevivência económica que está em causa, mas também a qualidade de vida, não é já e apenas o ser humano mas todo o planeta, não é apenas o presente que é o centro da atenção mas o futuro e a sustentabilidade da existência humana.

Por outro lado, estes novos objectos e objectivos da acção do voluntariado têm consequências importantes nos seus próprios modos de acção, reforçando o já assinalado carácter de denúncia e protesto (para além da intervenção), ao mesmo tempo que atraem novos agentes, sobretudo jovens e indivíduos portadores de capitais e recursos culturais bastante elevados, mais facilmente mobilizáveis para as novas tarefas do voluntariado. Finalmente, no interior do "mercado" de bens e serviços de que o voluntariado faz parte, há que dar conta, para a compreensão da sua fisionomia no período em análise, dos restantes protagonistas envolvidos juntamente com o voluntariado na produção e oferta desses bens e serviços. Entre eles encontram-se o Estado, as empresas privadas que produzem para o mercado normal e o chamado Terceiro Sector.

Na medida em que muito daquilo que ocorre com os restantes protagonistas está relacionado com a acção ou a inacção do Estado, e que boa parte das suas implicações para o voluntariado são idênticas às das restantes esferas sociais, dar-se-á maior destaque às transformações sofridas pelo Estado.

No que se refere ao **Estado**, importa destacar, por um lado, o crescente dismantelamento do Estado-Providência, pelo menos nos termos em que ele havia funcionado no período anterior.

Seja por contestação ideológica ou crise financeira, seja porque não consegue dar conta da melhor forma das novas e crescentes necessidades sociais (desacreditação técnica), esse dismantelamento é uma realidade transversal às sociedades onde ele foi, de forma variável, edificado.

O dismantelamento do Estado-Providência é, no entanto, apenas uma das dimensões da reconsideração do papel do Estado enquanto protagonista do "mercado" do qual faz parte o voluntariado.

De facto, dois outros processos parecem desacreditá-lo e as infraestruturas sociais que o envolvem.

Por um lado, o reconhecimento em termos políticos, da participação enquanto instrumento fundamental do desenvolvimento humano, não apenas porque, à semelhança da democracia formal, ela é instrumento para a realização de um conjunto de objectivos sociais, mas sobretudo porque é através dela que um desses objectivos mais fundamentais é alcançado: a potenciação do próprio ser humano.

É esta segunda condição que faz da participação mais do que um meio, uma finalidade em si própria. Esta valorização da participação é concomitante com o descrédito das formas clássicas de desempenho político, como o vão atestando a crescente dificuldade de recrutamento por parte dos partidos políticos, ou ainda as abstenções nos actos eleitorais. Por outro lado, há um problema de escala que está associado à dimensão institucional tradicional do Estado-Nação face aos novos problemas, o que o torna demasiado amplo para dar conta do local e demasiado curto para atender ao global.

Numa primeira análise as implicações destas transformações para o voluntariado resultam antes de mais num alargamento significativo deste último, porquanto não apenas se vê confrontado perante a necessidade de dar resposta às procuras sociais que, de uma forma progressiva, o Estado vai abandonando, como se vê com um número crescente de recursos humanos para o fazer, uma vez que é, a par de toda uma panóplia de movimentos sociais, um dos locais de "imigração" daqueles que desacreditam técnica, política e institucionalmente do Estado. Outra alteração significativa prende-se também com uma maior autonomia do voluntariado.

E no entanto, em segunda análise, verifica-se que a realidade das implicações é algo mais complexa. Na medida em que esse dismantelamento é visto na sua globalidade (como um todo), independentemente das áreas em que é feito, a tentação do voluntariado para dele se apropriar de uma forma também ela global, não definindo as dimensões da realidade social que lhe são específicas e as que não são, coloca-o num terreno estranho, em que a sua eficácia poderá estar comprometida, e em que, em virtude da potencial inversão do processo, o voluntariado, tendo ocupado tudo, volta a ficar com quase nada. No fundo, o problema que se coloca hoje está relacionado com a reprodução por parte do voluntariado daquilo que foi a estratégia seguida pelo Estado aquando da criação do Estado-Providência, isto é, uma tentação monopolista, com a diferença que o voluntariado não tem, nem de longe nem de perto, o poder do Estado, o que o coloca na dependência da evolução deste para a sua intervenção.

Assim, a actual dimensão do voluntariado e a sua autonomia poderão ser só aparentes, estando o verdadeiro desafio na estabilização e credibilização dessa dimensão e autonomias, em função de uma redefinição clara do seu papel, pelo que a maior implicação, para o voluntariado, da transformação do Estado refere-se precisamente à possibilidade e necessidade de este levar a cabo tal delimitação.

Por outro lado, verifica-se também que o dismantelamento do Estado-Providência, ainda que efectiva, não é sinónimo, como fazem parecer por vezes determinadas análises, da demissão completa do Estado do "mercado" do qual faz parte o voluntariado.

Aquilo que caracteriza de forma crescente a sua presença é, pelo contrário, a sua complexidade, onde cabe destacar o seu exercício de dois papéis fundamentais: o de instância reguladora e o de destinatário ou "cliente" da "produção" originada na chamada sociedade civil.

No primeiro caso, e no que se refere ao voluntariado, essa regulação exerce-se, antes de mais, através da produção de legislação que o enquadra e orienta normativamente, o que é ilustrado pela actual profusão de leis sobre esta matéria nos diversos países europeus. Mas esse papel regulador insinua-se também na influência exercida pelo Estado quanto à própria criação da sociedade civil, nomeadamente através de incentivos à constituição de organizações e movimentos não estatais, bem visível, por exemplo, no próprio discurso dos seus representantes, no qual se apela de forma crescente para o exercício de uma cidadania mais alargada e para a criação de uma sociedade civil mais forte.

No limite, esta informalização ou externalização do Estado pode inclusive criar o não-Estado, como o demonstram, de forma paradigmática, as "organizações governamentais não governamentais"¹⁰. A crescente subsidiarização de um conjunto crescente de organizações não estatais por parte do Estado, é portanto outro dos mecanismos pelos quais este último Estado exerce esse papel regulador.

No que se refere ao papel do Estado, assumindo-se como destinatário da "produção" levada a cabo por parte das instâncias civis, no que se refere ao caso particular do voluntariado, essa situação toma duas formas.

Por um lado através da inclusão do voluntariado em organizações cuja acção produtora de bens e serviços se substitui à do Estado, funcionando este de algum modo como "cliente". Esta situação pode ir desde o subsídio concedido na base de determinadas condições que garantam a satisfação de determinadas necessidades que o Estado considera relevantes, até ao puro e simples pagamento pela prestação de serviços, como sucede, por exemplo através da metodologia dos concursos. Por outro lado, pode assumir a forma de inclusão do voluntariado nas próprias estruturas produtoras do Estado (hospitais, centros de saúde, escolas, etc.).

A propósito deste papel duplamente regulador do Estado, em relação ao voluntariado, é de referir que, se, por um lado, há um efeito de reforço da sociedade civil e da sua autonomia e de legitimização e clarificação do papel e da natureza do voluntariado (através da legislação correspondente), por outro lado tal ocorre sempre dentro dos limites, das regras e dos critérios estabelecidos pelo próprio Estado, o que condiciona aquele reforço e autonomia.

A presença de voluntariado nas próprias estruturas produtoras de respostas sociais do Estado (escolas, hospitais, etc.) também não é isenta de problemas, nomeadamente os que decorrem das tensões entre a pesada burocracia estatal (traduzindo-se por exemplo nos modos de acção, de decisão e de responsabilização dos funcionários públicos) e as funções e desempenho do voluntariado, incluindo a sua relação funcional com os trabalhadores remunerados.

¹⁰ "Governmental Nongovernmental Organizations (GONGOS) que são criações dos governos e servem de instrumentos das políticas públicas (cf. Korten, 1989, pp. 2). Em Portugal têm-se recentemente vários exemplos destas lógicas.

Boa parte daquilo que foi dito para o Estado, especialmente no que se refere às suas implicações para o voluntariado pode ser transposto para a análise da transformação dos restantes agentes concorrentes do voluntariado na "produção" de bens e serviços sociais. É importante, a este propósito, realçar a crescente importância do sector privado mercantil e do chamado Terceiro Sector (ou de Economia Social) na estruturação do "mercado" de bens e serviços sociais.

No primeiro caso, tal resulta, não só do já referido alargamento (em quantidade e em variedade) de necessidades sociais, mas também da afirmação de segmentos de procura com poder de compra elevado (ao nível, por exemplo, das idades maiores), tornando rentáveis determinadas ofertas com fins lucrativos, o que não deixa de colocar alguns problemas na aferição do binómio preço/qualidade do serviço, como o atestam os recentes e frequentes casos surgidos em Portugal no domínio dos lares para as pessoas seniores. No que se refere ao Terceiro Sector, trata-se de uma dinâmica em expansão, assumindo até novos figurinos e estratégias, em praticamente todas as áreas de produção de bens e serviços sociais, culturais e ambientais, verificando-se até alguma combinação com formas de trabalho voluntário no seu interior.

Todas estas novas tendências, do lado da oferta, traduzem-se em novas formas de concorrência e de organização nestes "mercados", prefigurando rupturas importantes em relação aos modelos tradicionais dos sistemas económicos, que giravam à volta do Estado e das empresas e de algumas sobrevivências de modos de produção mais antigos (produção familiar e comunitária, entreajuda de vizinhos, etc.).

É no contexto das consequências decorrentes de toda a análise realizada até aqui que se coloca neste período a questão da autonomia do voluntariado. A este respeito-se verificam-se fundamentalmente duas tomadas de posição.

Por um lado, a **postura táctica**, algo irreflexiva e imediatista, convocando apenas mais legislação e uma maior subsidiarização, que chega a ver mesmo a crise do Estado-Providência de forma reconfortante, nela vendo a oportunidade para o voluntariado se reforçar.

Por outro, uma **postura estratégica**, a qual, tendo presente o carácter perverso da anterior posição, reclama antes de mais uma reflexão de fundo sobre as especificidades e os papéis do Estado e do voluntariado, que recusa o projecto pelo projecto, a lei pela lei e o subsídio pelo subsídio, procurando pelo contrário enquadrar cada um desses elementos num quadro global de responsabilidades, às quais o próprio Estado não poderá fugir, sob pena de colocar em causa a própria acção do voluntariado.

2.3. Elementos para uma definição de voluntariado

Depois de uma incursão à evolução histórica do voluntariado, tendo em conta os vários contextos que o foram condicionando e determinando a sua dimensão, natureza, autonomia, modos de acção e representações, neste ponto pretende-se delimitar o conceito de voluntariado, estabelecendo as suas relações com outros conceitos próximos.

Para isso, e tendo já como ponto de partida os elementos da evolução histórica anteriormente

percorridos, parece importante distinguir os seguintes termos e conceitos: acção voluntária, organização voluntária, sector voluntário, voluntarismo e voluntariado.

Nesta análise são três os pressupostos de referência:

- O voluntariado não é sinónimo de cada um desses termos;
- Cada um deles remete para níveis de generalidade distintos, desde a acção voluntária, o mais amplo, até ao voluntarismo, o de alcance mais curto, pelo que cada um dos níveis imediatamente posteriores resulta numa especificação do nível de abstracção anterior;
- O voluntariado é o último elo da cadeia, a forma mais específica de todos os termos em discussão, resultando da articulação concreta de elementos de todos os níveis anteriores.

a) Voluntariado e acção voluntária:

"Por encima de explicaciones religiosas, políticas o culturales, el voluntario se siente impulsado libremente a entregar su vida a una causa que le merece la pena" (De Grado, 1996, pp. 147).

Por **acção voluntária** pode-se entender toda e qualquer acção socialmente percebida como independente de imposição exterior, isto é, como sendo levada a cabo pelos agentes sociais em correspondência com a sua vontade.

Não é tanto, contudo, a visão individualista, desenquadrada da sociedade, que está aqui em análise, ou seja, não se considera, neste contexto, acção voluntária a que apenas é ditada pela vontade individualizada de cada um ("apetece-me dormir, fumar um cigarro, beber um copo, ir passear, incomodar alguém, etc."), mas sim quando tal acção, ditada pela vontade, tem visibilidade e repercussões sociais, resumidas no conceito de **gratuidade**.

Desta fazem parte:

- um **sentido de acção**, que não fica no indivíduo e na sua satisfação individualizada, mas que é canalizada para fora de quem a realiza;
- a produção de um conjunto de **benefícios para terceiros**.

A noção de gratuidade levanta contudo várias questões de interpretação que interferem na definição de voluntariado.

Desde logo porque parece pressupor desinteresse próprio do que age de forma voluntária, ou seja, remete para o altruísmo, resultando daí dois tipos de polémicas:

- a que opõe os que consideram que toda a acção humana é fundamentalmente interessada¹¹ e os que afirmam que há acções interessadas e desinteressadas;
- a que tenta distinguir entre "actos egoístas" e "actos altruístas", procurando delimitar a respectiva fronteira e consequentes motivações¹².

Não entrando aqui nestas discussões, parece contudo importante remetê-las para

uma outra noção que adquiriu um peso muito considerável nas diversas abordagens sobre o conceito de voluntariado: a **retribuição**.

Ora a noção e o conteúdo de retribuição (bem como de "interesse", "desinteresse", "simpatia", etc.) dependem, como todos os conceitos implicando um certo juízo de valor nas relações sociais, dos contextos temporais e espaciais em que são analisados. De qualquer forma, a retribuição, nas sociedades industriais de natureza economicista e produtivista, é vista sobretudo na sua vertente económica, secundarizando ou mesmo tornando socialmente invisíveis outras modalidades retributivas, como a retribuição cultural (composta pelo conjunto de competências, certificados, reconhecimento de bens culturais), a retribuição relacional (conjunto de interconhecimentos e de "contactos"), a retribuição simbólica (reconhecimento pelos outros e pelo próprio), a retribuição política (promoções e atribuição de cargos políticos) ou outras que se possam obter pelo exercício de uma determinada prática social.

Ora o voluntariado é precisamente uma das situações sociais onde, por excelência, essas formas de retribuição socialmente secundárias têm mais importância e capacidade explicativa.

Poderá então considerar-se que a acção voluntária é aquela em que a gratuidade aquando muito acompanhada de modalidades retributivas secundárias, estando à partida, afastada a retribuição económica?

Também sobre este ponto há posições divergentes.

De um lado, encontram-se aqueles¹³ que, apoiados na evidência historicamente mais consolidada, entendem essa gratuidade enquanto não retribuição monetária, referindo-se, portanto, a uma **gratuidade absoluta**.

De outro, aqueles¹⁴ que estendem a sua definição de gratuidade a situações em que essa retribuição existe, ou seja, a casos onde para além do pagamento de todo um conjunto de custos decorrentes da acção voluntária, os voluntários podem efectivamente receber alguma remuneração pelos serviços que prestam, desde que o valor recebido esteja clara e conscientemente abaixo do valor normal de mercado. A **gratuidade** assume aqui um carácter **relativo**.

Parece importante fugir à armadilha que esta oposição encerra e isto por dois motivos intimamente ligados.

Por um lado, e no âmbito de uma reflexão teórica, mais do que a objectividade que a acção voluntária encerra, importa compreender a percepção social que os agentes dela possam ter no âmbito dos contextos sociais e históricos em que ela é produzida. Veja-se o caso de muitos daquelas e daqueles que fazem parte de ONGs, e estando a ser remunerados pela sua pertença a essas organizações, não deixam de efectuar uma parcela do trabalho global que levam a cabo, maior ou menor segundo os casos, num regime voluntariamente gratuito. A situação poderá chegar a um ponto em que esse trabalho gratuito seja de tal ordem que os respectivos protagonistas se

¹¹ Como afirma María Rivas "La conducta en la que se persiguen utilidades para otros sin contraprestación a cambio está acompañada también de rendimientos particulares para el propio que la pone en práctica. Si no fuese así, posiblemente no podría producirse" (Rivas, 1996, 71).

¹² Cf. a este propósito a célebre teoria moral de Adam Smith, distinguindo entre "interesse" e "simpatia".

¹³ É esta a posição de autores como Jos Sheard. Cf. Smith et al., 1995, pp. 115-6.

¹⁴ Entre os quais encontramos Jeremy Kendall e Martin Knapp. Ver Smith et al., 1995, pp. 88

possam definir como voluntários, tornando a remuneração numa espécie de retribuição simbólica. Será o voluntariado, naquilo que à sua dimensão da gratuidade diz respeito, idêntico, a trabalho (voluntário) gratuito?

Sendo verdade que o voluntariado implica efectivamente a realização gratuita de um conjunto de acções voluntárias, ele está para além disso, porquanto a sua definição está dependente das condições que o envolvem, e que possibilitam a sua realização. Assim o levar voluntariamente a cabo exactamente o mesmo tipo de acções de forma gratuita, pode ser entendido quer como voluntariado quer como trabalho (voluntário) gratuito, dependendo das condições de percepção social da acção. Pense-se num médico que faça gratuitamente algumas horas para além do que lhe é exigido no seu hospital, e no médico que faz parte de uma qualquer organização voluntária.

Por outro lado, o trabalho (voluntário) gratuito é também ele definido em função dos contextos em que é exercido. É aquilo que distingue o voluntariado do trabalho (voluntário) gratuito, está relacionado com o facto deste último estar **enquadrado e possibilitado pelo próprio exercício remunerado**. É este que, de diversas formas, permite dar sentido ao trabalho (voluntário) gratuito. Entre essas formas podemos encontrar uma sobreposição espacial de ambos, uma identidade organizacional, etc. O voluntariado, por seu lado, afirma-se empiricamente em **clara descontinuidade** com o trabalho remunerado. Essa descontinuidade pode ocorrer quer em situações em que o trabalho, ainda que obedecendo ao mesmo conteúdo, é levado a cabo por organizações distintas, quer porque, mesmo que levado a cabo no interior de uma mesma organização, o distanciamento temático face ao trabalho remunerado é tal que impossibilita a sua agregação a este, quer ainda porque, mesmo existindo sobreposição organizacional, espacial e temática, o enquadramento organizacional envolvente é tal que qualquer forma de trabalho gratuito é absolutamente extraordinário ou então perfeitamente codificado como fazendo parte do voluntariado.

Quanto à componente de "benefícios para terceiros" do conceito de gratuidade, há que ter em conta que estes "terceiros" podem não ser necessariamente humanos (os animais, a floresta, o património, etc.), nem necessariamente individualizáveis (o planeta, a comunidade, o Terceiro Mundo, etc.), como inclusive se tem reforçado, como tendência, nos anos mais recentes, estando fundamentalmente em causa um qualquer bem ou valor colectivamente almejado e partilhado.

Tal não implica que o agente da acção não beneficie ele próprio dessa acção, mesmo que a motivação para a realização dessa acção não seja o bem estar pessoal directo (independente dos efeitos sobre esse bem colectivamente desejado). Indispensável é, no entanto, que essa acção produza efeitos excepcionais (no duplo sentido do termo) nos "terceiros".

Toda a questão da gratuidade, através da remissão da acção voluntária para o benefício de terceiros é particularmente importante na definição do voluntariado, porquanto ela permite distinguir, como se viu, a acção do voluntariado daquilo que são um conjunto de acções voluntárias não remuneradas.

Como exemplo, é possível ter numa cooperativa quer voluntariado, através de agentes que não fazem parte da própria cooperativa e que no entanto aí sejam voluntários, quer trabalho voluntário não remunerado, como sucede quando esse trabalho é levado a cabo pelos próprios membros da cooperativa. Aquilo que se verifica no entanto é que na maior parte dos casos estas organizações/associações quando contêm trabalho voluntário, o têm mais na condição de trabalho remunerado do que propriamente de trabalho gratuito.

Uma outra forma de responder a estas questões, seria através do recurso à inserção organizacional do voluntariado, afirmando que de algum modo o voluntariado tem a sua sedimentação histórica numa componente organizacional mínima implicando, portanto, o estabelecimento de um conjunto de objectivos cuja definição pressupõe uma formalização. É esta formalização, ainda que mínima, que coloca o objecto da acção voluntária numa condição fundamentalmente impessoalizante, distinguindo-o também das formas de entajada e de circulação de bens e serviços inerentes às relações familiares, de amizade, de vizinhança ou de comunidade, em que muitos autores não reconhecem a lógica do voluntariado¹⁵.

b) Voluntariado e organização voluntária e sector voluntário

Apesar do que se disse antes, não se considera que a referida componente organizacional minimal esgote as possibilidades históricas do voluntariado. Pelo contrário, parece até que esse voluntariado (integrado em organizações) é uma realidade relativamente recente, possuindo historicamente, e por comparação ao "voluntariado individual", um carácter bem mais residual¹⁶.

É óbvio que a visibilidade histórica, até pelo acesso às fontes, estará mais do lado dessa dimensão organizada do voluntariado, como o atestam muitos dos retratos históricos do fenómeno.

Por outro lado, quer a actual preponderância dessa dimensão organizada, quer, em estreita articulação com essa preponderância, a própria definição legal do voluntariado, que chegou ao ponto de eliminar do voluntariado a sua modalidade individual, concorrem para que muitas das análises não façam mais do que justificar o voluntariado organizado. Não parece contudo, existirem razões históricas ou analíticas para suprimir da condição de voluntariado esse "voluntariado individual".

Garcia Roca é um dos autores que rejeita uma visão simplesmente sectorial do voluntariado, uma vez que considera que este tem uma dimensão fundamentalmente relacional e portanto transversal àquilo que são as restantes esferas sociais, das quais fazem parte não apenas o Estado e o mercado como os "mundos de vida" (família, amicalidade, vizinhança, comunidade). Nessa perspectiva, o voluntariado define-se antes de mais por ser uma relação que se estabelece no interior dessas

¹⁵ Ao contrário, por exemplo, da visão que parece predominar actualmente nos EUA, em que o conceito de voluntariado implica os apoios e ajudas que ocorrem no seio dessas relações, talvez pelo exacerbamento do individualismo aí verificado.

¹⁶ Referindo-se a esse passado Roca afirma "Mientras el voluntariado vivió de espaldas a todo intento de organizarse, conoció, sin duda, la generosidad individual e incluso el heroísmo pessoal..." (Roca, 1994, pp. 48).

instâncias, adquirindo a sua diversidade precisamente dessa variedade social: o voluntariado cuja esfera de acção é o mercado não pode ser totalmente idêntico àquele que actua nos "mundos de vida" ou no interior do Estado¹⁷.

Esta perspectiva parece bem mais enriquecedora para a análise, na medida em que não se rejeita o entendimento sectorial do voluntariado, mas também não se confunde os dois conceitos.

Analise-se, no entanto, esta dimensão organizacional do voluntariado e algumas das suas implicações.

A questão de fundo que está subjacente à problemática da identificação do voluntariado com um sector voluntário ou com as organizações voluntárias, decorre então da maneira como se procurou abordar o conceito e as realidades históricas do voluntariado, implicando que se delimite aqueles. Parta-se, para isso, do conceito de Terceiro Sector, cuja especificidade é definida a maioria das vezes pela negativa, isto é, como não sendo nem Estado nem Mercado (os restantes dois sectores). Aí se aglutinam, então, de forma residual toda uma heterogeneidade de organizações, desde as próprias organizações voluntárias, até às "empresas" sem fins lucrativos, passando por ONGs, cooperativas, etc., sem que, positivamente, se aperceba claramente o que é que toda esta diversidade tem em comum¹⁸.

Neste cenário o sector voluntário aparece então ou na condição de sinónimo do terceiro sector¹⁹, ou como sub-sector deste último, dele fazendo parte o conjunto de organizações voluntárias.

Por seu turno, para perceber o que é uma organização voluntária é importante considerar o contributo de Jeremy Kendall e Martin Knapp²⁰. Segundo estes autores são fundamentalmente cinco os critérios para a definição do que é uma organização voluntária: ser uma organização formal; ser juridicamente independente do governo; ser realmente autogovernada; não levar a cabo a distribuição de potenciais lucros assim como não estar primariamente orientada para a obtenção de lucro; e, finalmente, ter uma componente de voluntarismo²¹, que é aquilo que as distingue propriamente das organizações não lucrativas.

Assim definida a organização voluntária constata-se que ela é descoincidente com a ideia de voluntariado e isto por duas razões.

Por um lado, porque a fusão entre voluntariado e organização voluntária remete, antes de mais, para o facto de se confundir a dimensão organizacional do voluntariado com as próprias organizações voluntárias, quando aquela pode dizer respeito a diversos contextos organizacionais, sejam eles públicos (serviços de

saúde, serviços sociais, escolas, etc.) ou privados, de recorte não voluntário.

Por outro lado, a coincidência entre voluntariado e organizações voluntárias teve a sua razão de ser nalguns períodos históricos, em que foram indissociáveis. Contudo, a crescente autonomização recíproca produziu-se historicamente a partir do momento em que a acção voluntária se constituiu em processo social cuja dimensão organizativa implicou a constituição de um corpo de agentes que não prestam os seus serviços em regime socialmente percebido como gratuito, e, portanto, a profissionalização das organizações voluntárias.

Pode-se considerar então que o voluntariado mantém uma relação de interioridade não apenas face a cada um das três esferas sociais, como no *próprio interior das organizações voluntárias*. Nessa interioridade, pode-se definir voluntariado como a dimensão "voluntarismo" destas organizações.

c) Voluntariado e voluntarismo

Segundo Jeremy Kendall e Martin Knapp²², o voluntarismo remete para uma gratuitidade sim, mas que pode assumir dois conteúdos fundamentais: a cedência de um conjunto de bens, com destaque para os recursos financeiros, por um lado, e a cedência de força de trabalho entendida de forma abstracta, por outro. Parece importante preservar essa distinção e reservar para a primeira modalidade de gratuitidade o nome de filantropia, e para a segunda o termo de voluntariado.

Como síntese deste ponto, pode-se então propor uma definição, necessariamente provisória:

- **Por voluntariado pode-se entender a cedência, em regime pessoal e/ou socialmente percebido, decorrente de um acto de vontade própria e gratuito, de força de trabalho, definida em termos de disponibilidade de tempo e energia física e/ou intelectual, a favor de terceiros, podendo estar ou não enquadrado organizacionalmente.**

Estão nela presentes os 3 (ou 4) elementos considerados fundamentais nas definições mais divulgadas de voluntariado²³:

- vontade própria (acção voluntária);
- gratuitidade de princípio;
- benefício de terceiros (ao serviço da comunidade, de outras pessoas ou de grupos);
- integração eventual numa organização.

2.4. Voluntariado, solidariedades e desigualdades sociais

Classicamente quase todas as formas de reflexão em torno do voluntariado (social), até

¹⁷ Roca (1994, 164)

¹⁸ A este propósito Najam é elucidativo "A tentativa de definir o sector dos cidadãos - ou seja, o conjunto de instituições que é, com uma grande variedade, referenciado como sociedade civil, não lucrativo, não governamental, voluntário, independente, caritativo, popular, filantrópico, associativo ou Terceiro Sector - tem sido um exercício confuso para muitos" (Najam, 1999, pp.145 - tradução livre).

¹⁹ Um bom exemplo disso mesmo é dado pelo título e o conteúdo de alguns dos textos que fazem parte do livro 'International perspectives on Voluntary action: reshaping the third sector'. Ver, Lewis, 1999.

²⁰ Cf. Smith et al., 1995, pp.66-95.

²¹ Tradução livre do termo Voluntarism

²² Cf. Smith et al., 1995, pp.28

²³ Cf. por exemplo os relatórios da ONU sobre este tema

porque provenientes de agentes comprometidos com o terreno, começam por analisar esse mesmo voluntariado numa perspectiva da igualdade social, isto é na medida em ele poderá contribuir de algum modo para uma sociedade considerada mais justa, o mesmo é dizer, mais igualitária. A solidariedade é o termo que capta na precisão este sentido. Neste estudo entendeu-se antes perspectivar o voluntariado a partir do ângulo das desigualdades sociais, essencialmente porque, é cada vez mais essa a realidade com que se defrontam e a que procuram responder nas sociedades actuais.

Por outro lado, não sendo o voluntariado imune às assimetrias sociais, a adopção daquela abordagem, pode permitir uma análise mais rigorosa das suas contradições, das estratégias e das práticas desiguais que assumem e, portanto, um melhor conhecimento sobre as suas condições sociais de afirmação e acção.

Para levar a cabo a análise, a partir deste ponto de vista, adoptou-se um conjunto de 9 eixos através dos quais a assimetria social atravessa o voluntariado. São eles: a origem do voluntariado, a natureza da acção voluntária que substancia o voluntariado, o interesse do voluntariado, o objecto da acção voluntária, a composição interna do voluntariado, as relações entre as organizações voluntárias, a desigualdade social na intervenção sobre a desigualdade social, as relações entre as organizações voluntárias e outros âmbitos organizacionais onde a acção voluntária é realizada (organizações não lucrativas e Estado-Providência) e, finalmente, a função social do voluntariado.

i) **Origem do voluntariado**

O voluntariado (social) teve e continua a ter como objecto preferencial de acção as desigualdades sociais, as quais quase se podem considerar como pilares da sua existência. Implícita está a ideia de que por si só a sociedade, no seu funcionamento normal, não consegue resolver essas desigualdades, exigindo formas extraordinárias de intervenção, de que o trabalho gratuito emerge historicamente como uma solução, contraposto à hegemonia do trabalho pago, o qual contribui, ainda que de forma meramente negativa (pela não acção) para essas desigualdades sociais.

Estas desigualdades sociais podem assentar num conjunto diverso de critérios, desde a posse diferencial de recursos (económicos, culturais, físicos, etc.) até à pertença étnica, nacional, geracional ou de género, com as diversas variáveis a poderem interagir num sentido de reforço (mais ou menos acentuado) ou de atenuação (mais ou menos parcial) da exclusão social.

Sintetizando, o voluntariado surge como modo de acção sobre as mais diversas formas de desigualdade social, entendendo-se como solução de recurso num contexto onde o seu contrário (o trabalho pago), ou contribui, negativa ou positivamente, para a constituição e reforço das desigualdades, ou não consegue resolver por si só essas desigualdades (como sucede com o trabalho social pago).

ii) **Natureza da acção voluntária constitutiva do voluntariado**

O voluntariado tem, por definição, na sua relação com o seu objecto, uma função necessariamente assimétrica. Enquanto ajuda social, o voluntariado social pressupõe

sempre a transferência de "recursos" de um pólo, o sujeito voluntário, para o outro, o objecto de acção voluntária, verificando-se, portanto, uma intrínseca assimetria social que dá sentido à acção voluntária.

Essa assimetria pode ser maior ou menor, mais ou menos estrutural, em função da especificidade dos agentes colocados em *relação* pela acção voluntária, não sendo contudo possível negar esta condição intrínseca à relação por qualquer forma particular de interacção.

iii) **O interesse dos voluntários**

A acção dos voluntários não é gratuita, mas intrinsecamente interessada, ou seja, dessa acção decorre um conjunto de "rendimentos" (em sentido amplo), que, se raramente assumem a forma económica (pelo menos no grau necessário à sua constituição enquanto acto económico) tomam formas bem mais subtis de retribuição.

A modalidade por excelência dessa retribuição é o reconhecimento social, pelos outros e pelo próprio, em resultado, neste último caso, do processo de interiorização do social, nas situações mais radicalizadas de desprendimento aparentemente menos reconhecido.

Na sua modalidade exógena esse reconhecimento pode vir quer da parte dos beneficiários da acção voluntária, quer dos restantes agentes envolvidos na acção voluntária, ou ainda de sectores da sociedade mais amplos que o do voluntariado. Ainda que em alguns casos essa retribuição possa ser procurada de forma explícita, na maioria dos casos ela existe apenas enquanto efeito sublimado, implícito à acção e garante da sua continuidade. Essa procura implícita terá tantas mais garantias de retribuição quanto mais desinteressada a acção voluntária aparecer ao olhos do voluntário.

iv) **O objecto da acção voluntária**

Os objectos da acção do voluntariado não possuem todos eles o mesmo valor social. São fundamentalmente dois os critérios a partir da qual se tece a hierarquização entre esses objectos: a fisionomia do objecto, por um lado, e os "interesses" dos voluntários, por outro.

Do lado do objecto o que está em causa é, por um lado, o "valor social" que se dá às diferentes áreas da ajuda social, o que é variável no tempo e no espaço (por exemplo, os pobres tradicionais foram, de certa forma "desalojados" das prioridades daquela acção, pelos novos pobres ligados às toxicodependências, sida, ao ambiente, etc.) e, por outro lado, a condição intrínseca do próprio "objecto" e a sua precariedade. Daqui resultam "dignidades" e valorizações diferenciadas da acção do voluntariado, conforme as características do seu objecto.

No que se refere aos "interesses" e "preferências" dos voluntários, também resultam valorizações diferentes das acções desenvolvidas, em função, quer dos seus valores ideológicos e éticos, quer das organizações onde se inserem.

De tudo isto decorrem, abordagens assimétricas na acção dos voluntários.

v) **A composição do voluntariado**

A composição interna do voluntariado é socialmente assimétrica. Se é verdade que essa assimetria atravessa antes de mais a própria pertença ao voluntariado, ela é tanto mais vinculada quanto se traduz numa certa divisão social do trabalho voluntário, desde a que se estabelece entre as diversas organizações voluntárias, até à que ocorre no interior dessas organizações, entre os voluntários.

Do lado dos voluntários, há que ter em conta a disponibilidade diferenciada de recursos, nomeadamente de tempo, mas também de recursos económicos e culturais, assim como o interesse pela causa, interesse que é em grande medida socialmente constituído. É possível assim assinalar a diferenciação dos voluntários através de um conjunto de eixos: classes sociais, género, etnia, nacionalidade, pertença geracional, etc.

vi) **A relação entre as organizações voluntárias**

As organizações voluntárias de uma forma geral também estão socialmente hierarquizadas. Essa hierarquização traduz-se fundamentalmente na atribuição diferencial de um conjunto de recursos sociais às diversas organizações voluntárias, recursos esses que podem ir desde a atribuição de fundos, ou outras condições materiais, até ao (re)conhecimento social.

Entre os factores explicativos desta diferença está, por um lado, a natureza do objecto, mais ou menos dignificado, assim como a natureza dos sujeitos, quer enquanto agentes sociais (mais ou menos socialmente qualificados), quer enquanto sujeitos organizacionais (mais ou menos formalizados), quer, finalmente, enquanto actores agindo em âmbitos de intervenção mais ou menos amplos (local, nacional, internacional).

Estas desigualdades assumem contornos mais visíveis no contexto presente de crescente mercantilização dos serviços prestados pelas organizações voluntárias²⁴.

vii) **A desigualdade social na intervenção sobre a desigualdade social**

Como corolário das alíneas iv) e vi) resulta que a lógica da intervenção do voluntariado não é necessariamente, ou é-o tão só em certo grau, coincidente com a distribuição das necessidades sociais ao longo do espectro social, podendo existir preferências e prioridades nas intervenções realizadas, que nem sempre contrariem as desigualdades sociais encontradas, podendo até reforçá-las²⁵.

viii) **A relação entre as organizações voluntárias e outras organizações de ajuda social**

A emergência de outras formas de ajuda social coloca o voluntariado perante um

problema já considerado no interior do próprio voluntariado: o problema da massificação da ajuda social.

De facto, a concentração da acção voluntária em torno de um conjunto de agentes e o consequente envolvimento identitário destes agentes em torno da acção voluntária pode fazer surgir as condições para a luta pela distinção por parte destes agentes, a qual poderá assumir diversas formas, desde a reconversão, através da passagem para outras práticas menos procuradas, buscando uma identidade própria até à luta mais ou menos disfarçada, perante os outros e perante os próprios, contra as agências promotoras dessa massificação descaracterizadora das práticas que consubstanciam a acção voluntária.

Uma dimensão particularmente esclarecedora destas lutas é a que se relaciona com a acção do Estado-Providência nestas áreas, à qual é atribuído todo um conjunto de adjectivos, como *massificada*, *grosseira*, *rotineira*, *burocrática*, e por isso *desajustada* (com este adjectivo a surgir historicamente como a nova modalidade que o adjectivo má assume, com a nuance muito importante de eufemizar as opções morais e envolvê-las numa película 'técnica'), ao passo que a acção voluntária toma para si os atributos, positivos, aparecendo como uma acção *local*, *específica*, *inovadora* e, *portanto*, *adequada*.

ix) **Função social do voluntariado**

Ainda que historicamente o resultado da acção voluntária tenha acabado por ser, não raras vezes, a perpetuação das desigualdades sociais no que se refere ao seu objecto de intervenção (segundo a lógica do assistencialismo), ou eliminando a desigualdade localmente, mas contribuindo para a sua reprodução global (segundo a lógica da integração dos excluídos sem combater as causas estruturais da exclusão), não se pode atribuir-lhe, por inerência, uma função social de conservação e de reacções à mudança, como se disse no início, tanto mais que as novas tendências do voluntariado abrem as portas para novas e diversificadas estratégias e posturas, muito mais criativas e inovadoras e propícias à igualdade social (das oportunidades).

2.5. Alguns elementos sobre o caso português

Sem a pretensão de se abordar minimamente este ponto neste estudo, parece importante, no entanto, apontar neste momento cinco pistas sobre o voluntariado em Portugal, a aprofundar posteriormente:

- Há, na sua História, uma presença importante de voluntariado, em grande parte ligado à esfera da Igreja Católica, exercendo a sua acção em diversas áreas (acção social e caritativa, educação e saúde, nomeadamente);
- Assinale-se, no entanto, uma forte presença, neste domínio, das corporações de bombeiros voluntários espalhados por todo o país, o que é um traço distintivo do caso português no contexto europeu;
- Nos últimos cerca de 30 anos (sobretudo depois do 25 de Abril de 1974),

²⁴ A propósito das múltiplas implicações que o novo contexto institucional que rodeia as organizações voluntárias tem sobre o acesso diferenciado aos recursos, e portanto à sobrevivência, ver o importante contributo de Diana Leat. Cf. Smith et al., 1995, pp. 157-189.

²⁵ Reflectindo sobre o futuro do sector voluntário Hedley conclui que: "Promover a igualdade de oportunidades será o maior desafio do sector (voluntário) nos próximos 10 anos. Caso contrário, como Obaze analisou, os negros e os grupos marginalizados tornar-se-ão uma margem ou uma subclasse ("under-class") para o sector voluntário dominante, ignorados e com menos recursos (Obaze, 1993)" (in Smith et al., 1995, pp. 109).

verifica-se uma diversificação e enriquecimento muito consideráveis do voluntariado, ao nível das fontes de recrutamento, da dimensão, da natureza das suas funções, da sua autonomia, das suas práticas e das áreas cobertas, aproximando-se dos padrões encontrados, nos últimos anos, na generalidade dos países da União Europeia e dos Estados Unidos da América;

- d) Para estas evoluções contribuíram as condições políticas, sociais e económicas de Portugal, como país semiperiférico, chegado tardiamente à democracia parlamentar e à construção de um Estado-Providência (em rigor só após 1979), com todas as implicações que isso teve na configuração do "mercado" de bens e serviços sociais e na natureza e nas características do voluntariado;
- e) É possível encontrar em Portugal ainda voluntariado típico das fases pré-industriais, de base familiar, comunitária e religiosa e já o voluntariado prevalecente na era pós-industrial, de base organizacional, qualificado e laico, com novas áreas de motivação (empresarial, ambiental, cultural, etc.).

No contexto mais amplo referenciado neste segundo capítulo, o presente estudo pretende exactamente contribuir para uma caracterização do voluntariado existente em Portugal ligado aos projectos de luta contra a pobreza, como uma das componentes das pistas acima mencionadas.

É o que se fará no capítulo três.

3. OS VOLUNTÁRIOS NOS PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA

É objectivo deste capítulo dar conta dos resultados obtidos através dos inquéritos enviados aos 188 projectos de luta contra a pobreza existentes em Portugal, identificados no último trimestre de 2001, procurando, desse modo, contribuir para uma primeira caracterização da presença de voluntariado nesses projectos.

A pobreza e a exclusão social, realidades bem presentes historicamente na sociedade portuguesa só recentemente (na última década) foram objecto de políticas e medidas próprias, de forma permanente e coerente, sendo de assinalar, entre outras, as seguintes:

- criação, em 1990, do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza;
- adopção, em 1996 (inicialmente de forma experimental, generalizando-se, a partir de 1997) do Rendimento Mínimo Garantido;
- criação em 1996, do Mercado Social de Emprego;
- operacionalização, a partir de 1997, das Redes Sociais Locais;
- elaboração, a partir de 1998, de Planos Nacionais de Emprego;
- aprovação, em 2001, do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2001-2003);
- aplicação de vários programas de financiamento comunitário, desde meados da década de 90, tais como INTEGRAR, HORIZON, NOW, INTEGRA, LEADER e EQUAL.

Por outro lado, a realização de vários estudos e investigações sobre estes temas, desde meados dos anos 80²⁶, vão, juntamente com os resultados e as avaliações dos referidos programas e políticas, ajudar a clarificar os conceitos em questão e as respectivas causas e manifestações.

De uma forma sumária, pode-se dizer que:

- a **pobreza** tem vindo a ser encarada basicamente como uma **insuficiência de recursos**, numa perspectiva multidimensional, englobando as componentes ambiental, cultural, económica, política e social, inibindo uma efectiva participação no padrão de vida dominante na sociedade;
- a **exclusão social**, por seu turno, significa fundamentalmente desintegração social, também com expressões nas várias dimensões existenciais dos indivíduos e grupos sociais, implicando a fragilização dos laços familiares e sociais, a não participação na vida comunitária, ou mesmo a ruptura dos vínculos sociais básicos e a **não cidadania**;
- pobreza e exclusão social podem estar intimamente relacionadas, mas diferentes graus de pobreza podem ser acompanhados de diferentes formas de exclusão social, dependendo, entre outros factores, dos contextos culturais e socioespaciais e dos grupos etários.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP) enquadra projectos de base territorial (normalmente concelhia ou infraconcelhia), que procuram encontrar respostas locais para os problemas da pobreza e exclusão social inventariados, assentando normalmente nas seguintes metodologias de trabalho:

- **visão integrada** dos problemas (diagnóstico) e das soluções (estratégias de acção) e dos seus resultados (avaliação);
- **trabalho em parceria**, envolvendo os serviços e instituições da Administração Pública Central e Local que trabalham no território em questão e as associações e organizações particulares locais;
- mobilização da **participação** activa dos indivíduos e grupos sociais abrangidos pelos projectos, numa perspectiva de reforço das suas capacidades de afirmação e intervenção ("**empowerment**");
- constituição de **equipas técnicas interdisciplinares**, convocando e integrando "saberes" e "fazer" de diferentes origens disciplinares;
- adopção de uma perspectiva de **investigação-acção**, que permita a teorização dos resultados da acção, a partir da sua avaliação e o "regresso" à intervenção de maneira mais fundamentada.

Tendo em conta estes aspectos gerais de enquadramento, este capítulo divide-se em 6 pontos, que abordam sucessivamente os seguintes itens:

- alguns dados gerais sobre os resultados do inquérito;
- características gerais dos voluntários que colaboram nestes projectos;
- formas de recrutamento adoptadas;
- elementos de gestão e avaliação de trabalho voluntário;
- principais obstáculos e dificuldades;
- participação das organizações dos voluntários na discussão pública dos seus enquadramentos legais.

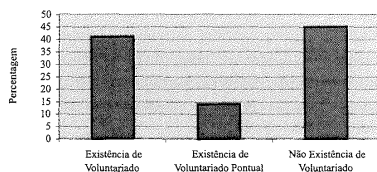
²⁶ Destacando-se autores como Alfredo Bruto da Costa, Manuela Silva, João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, Leonor Ferreira, José Pereirinha e Amélia Bastos, entre outros.

3.1. Alguns dados gerais

Ao todo foram contactados 188 projectos de luta contra a pobreza de todo o país (88 do Norte e 100 do Sul e Ilhas)²⁷.

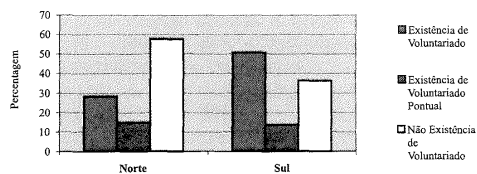
Das 172 respostas obtidas (75 do Norte e 97 de Sul e Ilhas), 41% recorrem a trabalho voluntário de forma activa e regular, 14% a título esporádico, normalmente em períodos específicos (no Verão e nas férias escolares) e/ou em actividades pontuais do projecto (passeios, colónias, festas, etc.) e 45% declaram não utilizar voluntariado (cf. gráfico 1). Verifica-se portanto que, embora haja uma ligeira maioria (55%) que recorre a este tipo de colaboração, são muitos os projectos em que tal (ainda?) não acontece.

Gráfico 1 - Existência de voluntários nos projectos de luta contra a Pobreza



É de realçar que a distribuição de projectos de luta contra a pobreza com trabalhadores voluntários pelo país não tem o mesmo padrão. Na Região Sul (que inclui as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) há uma maioria de projectos (51%) com trabalhadores voluntários inseridos em equipas de trabalho, ao contrário do Norte do País que regista apenas 28%. Relativamente aos Projectos com voluntários pontuais a distribuição é mais equitativa, registando-se 15% no Norte e 13% do Sul (cf. gráfico 2). Seria interessante relacionar esta distribuição com eventuais influências dos contextos socioculturais específicos e/ou da natureza e características dos projectos numa e noutra região, não existindo, no entanto, neste estudo, elementos suficientes para uma análise fundamentada nessa direcção.

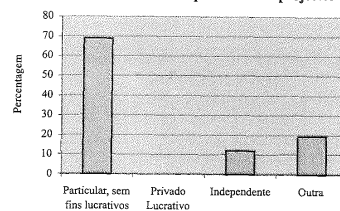
Gráfico 2 - Existência de voluntários nos projectos de luta contra a pobreza - Norte e Sul



²⁷ O PNLCIP está organizado em duas regiões, Norte e Sul, englobando, respectivamente os seguintes distritos e regiões autónomas: Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra (Norte); e Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro, açores e Madeira (Sul).

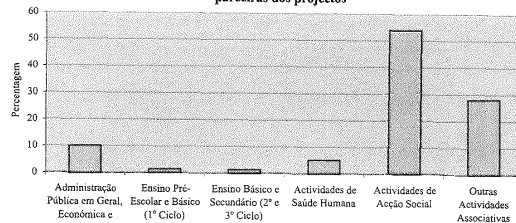
Por outro lado, a maioria das instituições/organizações (69%) parceiras de projectos de luta contra a pobreza que enquadra o voluntariado que nelas colabora, define-se juridicamente como sendo particular, sem fins lucrativos, sendo que 19% definem-se como tendo outra natureza, como por exemplo, autarquias locais, entidades religiosas entre outras (cf. gráfico 3).

Gráfico 3 - Natureza jurídica das organizações com trabalho voluntário parceiras dos projectos



Quanto ao sector de actividade, onde se integram essas instituições e organizações que possuem trabalho voluntário, uma parte significativa (54%) pertence ao sector das "Actividades de Acção Social" e uma outra parte, também relevante, ao das "Outras Actividades Associativas" (28%), que inclui associações, Casas do Povo, confederações e paróquias, muitas delas dedicando-se também à acção social, mesmo que não de forma dominante. É de referir que 10% das instituições/organizações analisadas pertencem à Administração Pública Central ou Local (cf. gráfico 4).

Gráfico 4 - Sector de actividade das organizações com trabalho voluntário parceiras dos projectos



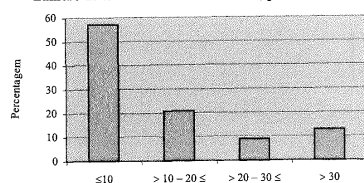
3.2. Principais características do voluntariado

O número de trabalhadores remunerados a trabalhar nas instituições/organizações que enquadram o voluntariado presente nestes projectos de luta contra a pobreza é claramente superior ao número de voluntários, como se pode verificar através da média de cada um, 36,9 e 18,2 respectivamente.

No entanto, é de referir que para a média referente aos trabalhadores voluntários contribuem

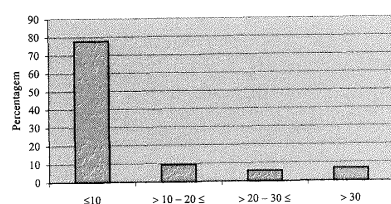
valores muito díspares, uma vez que há desde organizações/instituições ou projectos que têm só um voluntário (num total de 7) até uma outra com 140 voluntários, sendo que a maioria (57%) não tem mais do que 10 trabalhadores voluntários (cf. gráfico 5) e 31% mais do que 5.

Gráfico 5 - Organizações parceiras dos projectos, segundo o número de trabalhadores voluntários, por escalões



Em média, as organizações/instituições fornecem aos projectos de luta contra a pobreza 10,3 trabalhadores voluntários, mas também aqui é importante referir que, para esta média, contribuem valores muito díspares, uma vez que algumas só disponibilizam para os projectos um voluntário (num total de 19) e uma outra 140 voluntários, sendo que uma larga maioria (78%) não disponibiliza mais do que 10 (cf. gráfico 6) e 73% não mais do que 5.

Gráfico 6 - Organizações parceiras dos projectos, segundo o número de trabalhadores voluntários disponibilizados, por escalões

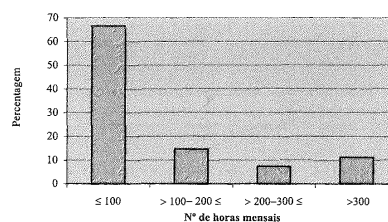


A carga horária mensal média de trabalho voluntário com que as organizações/instituições contribuem para o projecto de luta contra a pobreza é de 177,2 horas, com um mínimo de 2 horas e um máximo de 3040 horas mensais.

Analisando o gráfico 7 conclui-se que a carga horária mensal dispensada ao projecto é na sua maioria (67%) menor ou igual a 100 horas, o que significa que, nestes casos, por semana, cada uma destas organizações não disponibiliza mais do que 25 horas do trabalho voluntário.

É também de referir que, dentro destas 100 horas, encontram-se 30% (20% do total da carga horária mensal) de organizações que não dispõem mais do que 20 horas mensais para os respectivos projectos.

Gráfico 7 - Carga horária mensal de trabalho voluntário com que as organizações contribuem para os projectos, por escalões



Continuando a tomar como referência o conjunto das organizações ou instituições que declaram contribuir com trabalhadores voluntários para este projectos, 8 afirmam que os disponibilizam com horário a tempo completo, 45 a tempo parcial, 38 em horário variável e 6 apenas de forma esporádica.

Das 8 que disponibilizam voluntários em horário completo, metade tem apenas 1 trabalhador nessas condições.

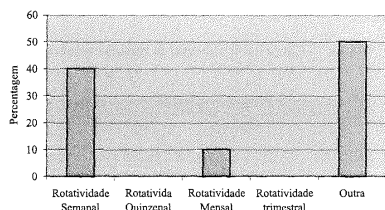
Das que contribuem com voluntariado em horário parcial, a maioria dos casos refere-se a 5 ou menos trabalhadores.

Quanto às que disponibilizam trabalhadores voluntários que exercem outro tipo de horários (variáveis), mais uma vez verifica-se que a grande maioria não tem mais do que 5.

Por outro lado, na grande maioria das situações (87,3%), estas instituições não procedem a qualquer tipo de rotatividade (semanal, quinzenal, mensal ou outras) na organização dos seus trabalhadores voluntários que estão a colaborar nos projectos de luta contra a pobreza, o que indicia uma certa estabilidade nessa colaboração.

Dos 12,7% (10 em valores absolutos) que responderam que existe rotatividade, metade apresenta uma forma diferente daquela sugerida no questionário (rotatividade semanal, quinzenal, mensal, trimestral), argumentando que essa rotatividade prende-se em grande medida com a disponibilidade apresentada por cada voluntário. O ritmo semanal, ainda que pouco frequente em termos absolutos, é o que se apresenta a seguir como mais utilizado (4 em 10 - cf. gráfico 8).

Gráfico 8 - Organização da rotatividade



Relativamente à distribuição dos 862 trabalhadores voluntários a colaborar nestes projectos por sexo, verifica-se que há uma distribuição praticamente equitativa por ambos os sexos, o que se deve em grande parte ao facto de uma das instituições inquiridas disponibilizar para o projecto 140 voluntários dos quais 110 são homens.

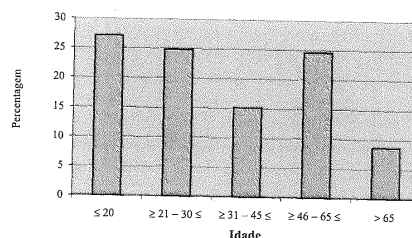
Gráfico 9 - Distribuição de voluntários por sexo



Se não se contabilizar essa situação muito desequilibradora, a distribuição passa a ser caracterizada por uma maioria de mulheres (55,7%), o que está mais de acordo com o padrão médio do voluntariado em Portugal (e também noutros países europeus), se se exceptuar o caso das corporações de bombeiros.

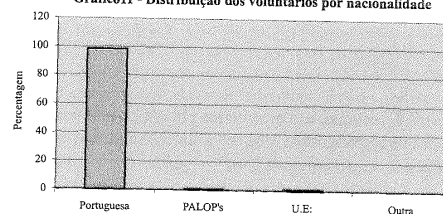
Relativamente à distribuição dos trabalhadores voluntários por escalões etários, constata-se que predominam os jovens: 27,3% têm menos de 20 anos e 24,9% entre 21 e 30 anos, sendo ainda de referir que 24,7% têm entre 46 e 65 anos e 8,7% mais de 65 anos (cf. gráfico 10). São portanto os mais jovens e os mais velhos que mais contribuem para o voluntariado nestes projectos.

Gráfico 10 - Distribuição dos voluntários por idade



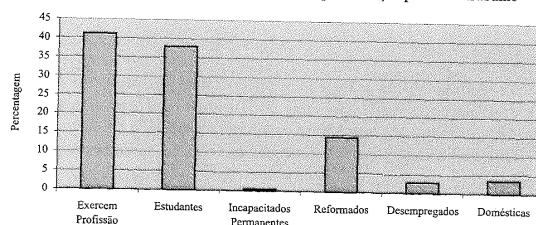
Quanto à nacionalidade, verifica-se que praticamente não existe de outra que não a portuguesa (cf. gráfico 11).

Gráfico 11 - Distribuição dos voluntários por nacionalidade

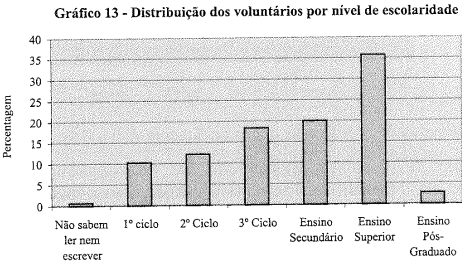


No que se refere à condição perante o trabalho, os voluntários a trabalhar nestes projectos exercem, em grande número (41%), uma profissão, mas há também um peso elevado de estudantes (38%) e uma presença considerável de reformados (14%) (cf. gráfico 12). É, sem dúvida, de realçar a importância do voluntariado estudante, a confirmar algumas das tendências referidas no capítulo dois, no que concerne a evolução verificada nos últimos anos neste domínio.

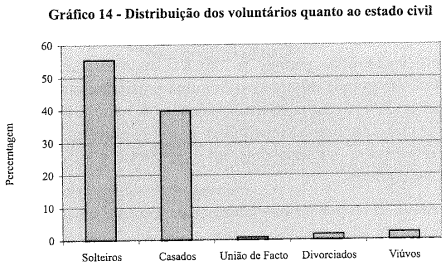
Gráfico 12 - Distribuição dos voluntários por condição perante o trabalho



Os níveis da escolaridade destes voluntários são, em geral, bastante elevadas: 36% possuem uma licenciatura e 20% o ensino secundário, havendo apenas 1% de trabalhadores voluntários que não sabem ler nem escrever (cf. gráfico 13). Esta conclusão também parece confirmar a elevação em geral dos capitais escolares e culturais observada nos últimos anos junto dos voluntários, pelo menos nos países europeus.

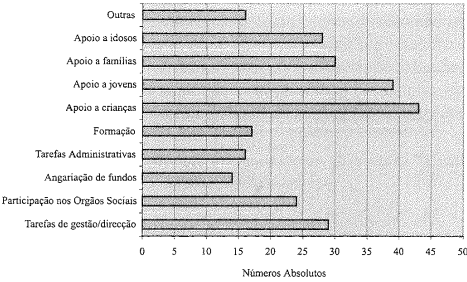


Quanto ao estado civil, predominam os solteiros (55,4%) sendo também elevado o peso dos casados (39,8%) (cf. gráfico 14).



As actividades realizadas pelos trabalhadores voluntários nos projectos de luta contra a pobreza estão relacionadas principalmente com o apoio a crianças, jovens, famílias e idosos, por esta ordem, mas também é relevante verificar que há um peso muito significativo de actividades ligadas às tarefas de gestão e à participação nos órgãos sociais (cf. gráfico 15).

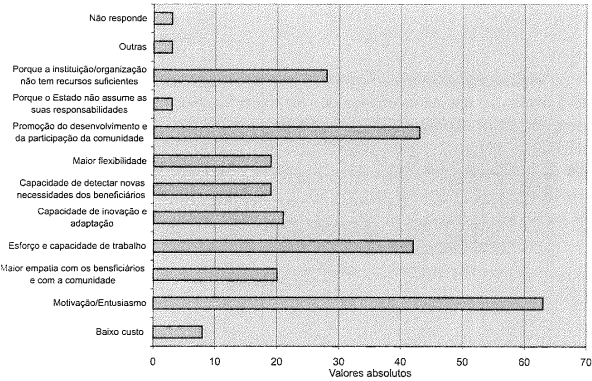
Gráfico 15 - Actividades realizadas por trabalhadores voluntários



3.3. Formas de recrutamento adoptadas

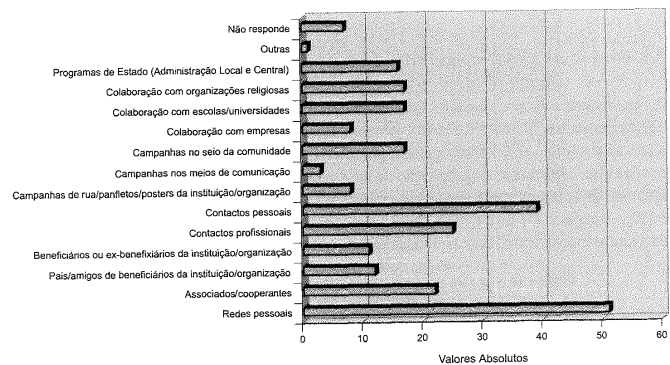
As razões que estiveram na base do recrutamento dos trabalhadores voluntários a colaborar nestes projectos, estão sobretudo relacionadas com os méritos pessoais que lhes são atribuídos e que, aliás, estão genericamente associados ao voluntariado - motivação e entusiasmo, capacidade de promoção de desenvolvimento e participação na comunidade (o que está directamente relacionado com um dos objectivos principais destes projectos) e esforço e capacidade de trabalho. Salienta-se também a insuficiência de recursos como factor de recrutamento de trabalhadores voluntários por parte das instituições/organizações (cf. gráfico 16).

Gráfico 16 - Razões para o recrutamento de trabalhadores voluntários que colaboram nos projectos



Relativamente ao processo de recrutamento, constata-se que ele teve origem tanto na iniciativa do voluntário como na da instituição ou organização, com pesos praticamente equivalentes, mas com uma ligeira vantagem da primeira. Por outro lado, verifica-se que a forma de recrutamento mais frequente assenta em redes pessoais (amigos/conhecidos da instituição/organização) e em contactos pessoais em geral. Revelam-se, também importantes, neste domínio, os contactos profissionais e as ligações existentes com os associados ou cooperantes (cf. gráfico 17).

Gráfico 17 - Formas de recrutamento dos trabalhadores voluntários que colaboram nos projectos

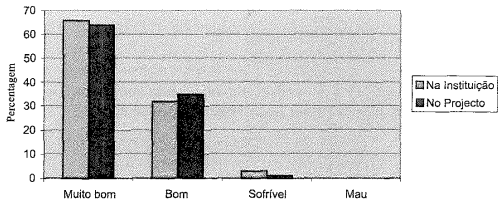


Quanto à avaliação das necessidades de recrutamento dos trabalhadores voluntários a colaborar nos projectos, incumbe, numa primeira indicação, por ordem decrescente de importância, à instituição promotora do projecto, à equipa técnica do projecto e à direcção da instituição, referenciando-se também os parceiros, numa segunda indicação. Estes resultados dão a entender que se trata de colaboradores expressamente mobilizados para os projectos.

3.4. Elementos de gestão e avaliação

Em geral, pode-se dizer que o relacionamento entre os trabalhadores voluntários e os trabalhadores remunerados é, na opinião das organizações, muito bom ou bom, quer no seu interior, quer nos projectos de luta contra a pobreza onde colaboram, sendo escassos os casos em que é considerado sofrível (cf. gráfico 18).

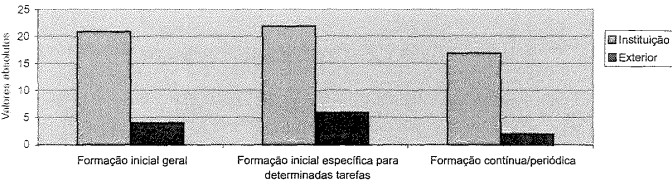
Gráfico 18 - Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados



No que diz respeito à existência de formação para estes trabalhadores voluntários, verifica-se que, se mais de metade das organizações que os enquadram a referiu, 47,1% indicaram a sua ausência, o que é revelador de uma considerável fragilidade neste domínio.

A formação é ministrada essencialmente na instituição (cf. gráfico 19) e assume essencialmente três formas: formação inicial específica para determinadas tarefas, inicial geral ou contínua/periódica.

Gráfico 19 - Tipo de formação ministrada aos trabalhadores voluntários dos projectos



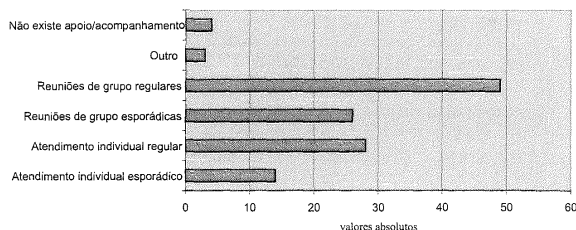
Em termos de financiamento da formação realizada, é maioritariamente assegurada quer pela instituição/organização de pertença, quer pelo próprio projecto (cf. gráfico 20).

Gráfico 20 - Fontes de financiamento da formação dos trabalhadores voluntários a colaborar nos projectos



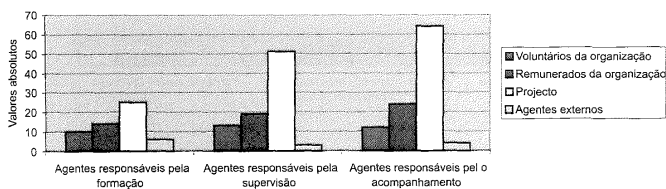
Ao analisar que tipo de apoio ou acompanhamento é dado nos projectos aos trabalhadores voluntários, observa-se que as reuniões de grupo regulares são a forma mais utilizada, seguindo-se o atendimento individual regular e as reuniões de grupo esporádicas (cf. gráfico 21).

Gráfico 21 - Tipo de apoio/accompanhamento que é dado aos trabalhadores voluntários, nos projectos



Procurou-se também perceber qual o agente responsável pela formação, supervisão e acompanhamento dos voluntários, podendo a resposta incidir em trabalhadores voluntários ou remunerados da instituição/organização de enquadramento, membros da equipa do projecto ou agentes externos àqueles. Em qualquer dos casos a responsabilidade é essencialmente assumida pelo projecto, especialmente no caso do acompanhamento e da supervisão (cf. gráfico 22).

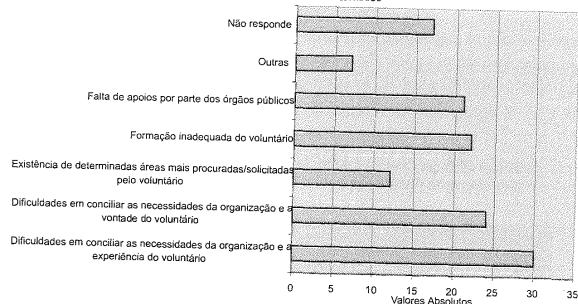
Gráfico 22 - Agentes responsáveis pelos voluntários dos projectos



3.5. Principais obstáculos e dificuldades

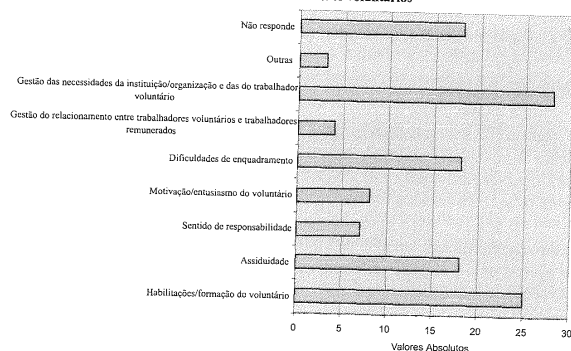
Os principais obstáculos sentidos pelas organizações no recrutamento de trabalhadores voluntários, referem-se à conciliação das necessidades da organização com a experiência ou a vontade do voluntário, a formação inadequada deste e a falta de apoio por parte dos órgãos públicos (cf. gráfico 23).

Gráfico 23 - Dificuldades sentidas pelas organizações no recrutamento dos trabalhadores voluntários



Já no que respeita às dificuldades sentidas pelas organizações no desempenho eficiente dos trabalhadores voluntários, as principais razões invocadas centram-se na gestão conjunta das necessidades da organização e do trabalhador voluntário, nas habilitações/formação do voluntário, na assiduidade e nas dificuldades de enquadramento, (cf. gráfico 24).

Gráfico 24 - Dificuldades sentidas pelas organizações ao nível do desempenho eficiente dos trabalhadores voluntários

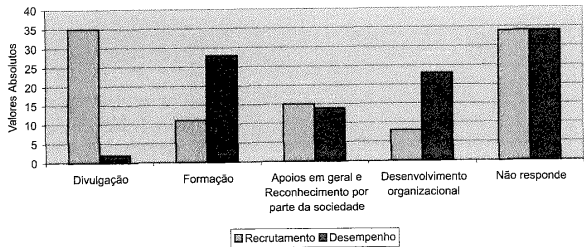


Acrescenta-se ainda que um número significativo de instituições/organizações não respondeu às perguntas relativas às dificuldades sentidas no recrutamento e no desempenho eficiente do trabalhador voluntário, significando, nalguns casos, que consideram não existir quaisquer dificuldades nesses domínios.

Na sequência das questões anteriores, propôs-se às organizações que sugerissem alterações para um melhor do recrutamento e um desempenho mais eficiente dos trabalhadores voluntários.

A maioria apresentou sugestões, propondo sobretudo maior divulgação e apoios em geral e reconhecimento por parte da sociedade, no caso do recrutamento, e formação e desenvolvimento organizacional, no que se refere à melhoria do desempenho dos voluntários (cf. gráfico 25).

Gráfico - 25 Sugestões por parte das organizações para melhoria do recrutamento e do desempenho dos trabalhadores voluntários

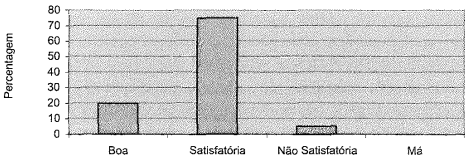


3.6. Participação Pública

A grande maioria (92,6%) das organizações inquiridas declarou não ter sido consultada relativamente à nova Lei do Voluntariado de 1998 (Decreto-Lei nº340/98, de 3 de Novembro), nem ter sido contactada (89,9%) para qualquer encontro ou debate com os órgãos públicos sobre a mesma.

Contudo, uma larga maioria considerou que a nova Lei é satisfatória (73,7%) ou boa (19,3%) e apenas uma a classificou como má (cf. gráfico 26).

Gráfico 26 - Opinião das organizações inquiridas relativamente à Lei de 1998



Sublinhe-se, por fim, que a maior parte (71%) das organizações que responderam ao inquérito, não fez qualquer comentário à nova Lei, quando tal lhe foi solicitado, realçando-se o facto de cerca de 9% terem indicado desconheçê-la.

4. CONCLUSÕES

A realização deste estudo permitiu, antes de mais, constatar que o voluntariado, como objecto de análise e reflexão, não tem merecido grande atenção por parte das ciências (sociais), pelo que a sua natureza, dimensão, modos de acção, interações sociais e implicações na sociedade não têm sido sistematizadas e são, por isso, mal conhecidas e delimitadas.

As razões de tal desinteresse estão relacionadas com uma certa desvalorização económica, social e política do voluntariado, numa sociedade dominada pelo economicismo, pelo assalariamento da força de trabalho, pela especialização das suas funções, pela valorização das competências formais (qualificação) dos trabalhadores, e associação do trabalho voluntário a convicções e motivações religiosas (secundarizadas muitas vezes pela laicidade das sociedades industriais europeias) e atitudes políticas conservadoras.

Não deixa contudo de ser curioso verificar que alguns dos movimentos sociais mais activos e com protagonismo importante na História dos últimos cerca de 200 anos, tais como o movimento operário, o ecologismo, o pacifismo e o feminismo, basearam muito das respectivas dinâmicas, acções e resultados no trabalho voluntário dos seus militantes. Historicamente verifica-se que a dimensão, a natureza, a autonomia e os modos de agir do voluntariado foram sofrendo importantes alterações, em função das características dos contextos sociais.

Se, de uma forma muito superficial, se fizer uma breve síntese dessa evolução histórica, pode-se dizer que o voluntariado:

- era praticamente inexistente, como conceito próprio e prática reconhecida

socialmente, nas sociedades pré-industriais, integrando-se na globalidade das tarefas cumpridas na sociedade (em grande parte no seio da família), como uma das suas componentes, tanto quanto é possível saber;

- adquiriu especificidades, nomeadamente distinguindo-se como trabalho gratuito, face ao domínio das relações salariais e da divisão técnica do trabalho, nos primórdios da era industrial, ao mesmo tempo que era desvalorizado face à natureza "profissional", "competente" e remunerada do trabalho assalariado;
- foi remetido para a "sociedade civil" e secundarizado nas suas funções, natureza, características e "mercado", na fase de afirmação do Estado-Providência, a quem incumbia a satisfação das principais necessidades sociais;
- conhece novas características e desafios, que fazem surgir novas necessidades e "mercados", novas respostas, novos perfis e exigências de formação, bem como um novo quadro de relacionamento com o Estado, nas últimas três décadas.

O voluntariado tem vindo portanto a alterar-se nas suas características e funções, nos últimos anos, com uma presença mais forte de jovens e adultos jovens, normalmente com capitais escolares e culturais mais elevados, ao mesmo tempo que descobre novas áreas de acção e causas para além da social (ambiente, cultura, política, desporto, etc.) e novas geografias (nomeadamente apoio nos países do Terceiro Mundo).

Por outro lado, no contexto da crise do Estado-Providência e da emergência da chamada Sociedade-Providência, com um peso e protagonismo crescentes da sociedade civil, o voluntariado vive actualmente numa relação ambígua e cada vez mais complexa com o Estado, que, em muitos casos, chega a "subcontratar" alguns segmentos do "mercado" da ajuda social nas organizações e instituições particulares de base local e nos voluntários, como forma de reduzir custos e externalizar ou amortecer problemas.

Nalgumas situações cabe aos voluntários o acompanhamento dos casos mais problemáticos ou que não encontram resposta nas estruturas convencionais.

Outra característica recente relaciona-se com as crescentes exigências de formação e qualificações para o trabalho voluntário, alterando a dicotomia tradicional "trabalho remunerado especializado - trabalho voluntário não especializado".

A sua ligação às actividades e projectos de Desenvolvimento Local constitui outra das suas novas facetas, implicando alterações na sua matriz de referência e nas metodologias adoptadas.

Esta digressão histórica permitiu enquadrar a delimitação do conceito de voluntariado, que surge actualmente definido como uma cedência de tempo e força de trabalho, implicando energia física e/ou intelectual, e associado a:

- um acto de vontade e liberdade pessoal;
- um princípio de gratuidade, senão absoluta pelo menos relativa;
- uma acção em benefício de terceiros;
- uma eventual integração numa organização, onde o trabalho é exercido e enquadrado.

Em Portugal, o voluntariado está historicamente associado a motivações e organizações ligadas à Igreja Católica e/ou à importância e prestígio que as corporações de bombeiros (voluntários) têm, há muito, na sociedade portuguesa, em termos únicos no panorama dos países europeus.

Nos últimos anos, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, alteraram-se contudo substancialmente as condições de reconhecimento social do voluntariado, bem como os seus perfis, natureza, objectivos e modos de acção, passando a mobilizar outras motivações e grupos sociais etários, a centrar-se em novas áreas de intervenção e a relacionar-se em novos moldes com os outros actores sociais, nomeadamente com o estado e as empresas privadas, com uma muito maior diversidade de origens, trajectórias, formas de enquadramento e resultados, na linha aliás do que se passou noutros países, como se caracterizou atrás.

Também sobretudo na última década, a luta contra a pobreza e a exclusão social conheceu novos desenvolvimentos e contornos em Portugal (em relação com o que se ia verificando na União Europeia), tornando-se mais presente e permanente nas preocupações da sociedade, passando a integrar, de forma sistemática e coerente, as políticas sociais e alguns programas criados neste domínio e traduzindo-se em novas metodologias de intervenção, mais integradoras e participativas, mais emancipadoras (numa lógica de desenvolvimento) e menos assistencialistas.

Nesse contexto, este estudo procurou caracterizar a presença de trabalho voluntário nos 188 projectos de luta contra a pobreza existentes em Portugal nos finais de 2001, enquadrados no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Dos dados recolhidos junto dos 172 projectos que responderam ao inquérito, foram recenseados 862 voluntários a colaborar neles, sobretudo em tempo parcial ou com horários variáveis, de forma permanente (41%) ou esporádica (14%), havendo, portanto, ainda um número considerável de projectos que não mobilizou este tipo de trabalho.

Na sua maioria são jovens (até aos 30 anos), notando-se também uma presença importante do escalão etário entre os 46 e os 65 anos e um ligeiro predomínio do voluntariado feminino.

Possuem, em geral, um capital escolar e cultural elevado, muitos sendo estudantes ou exercendo uma profissão, embora o peso dos reformados também seja de assinalar.

Centram o seu trabalho em acções de apoio a crianças, jovens, famílias e pessoas de idade maior, mas têm também uma presença importante nas tarefas de gestão e direcção e nos órgãos sociais das organizações onde se enquadram.

A opção por trabalhadores voluntários está, nestes projectos, muitas vezes ligada às imagens e características de motivação, dedicação, personalização nas relações com a comunidade, esforço e capacidade de trabalho que lhes são normalmente atribuídas, a que se juntam razões mais relacionadas com a insuficiência de (outros) recursos, por parte do projecto e da organização de enquadramento.

A avaliação que se faz do voluntariado neste projectos é, em geral, bastante positiva, quer no que se refere ao seu desempenho, quer às relações com os trabalhadores remunerados com os quais desenvolvem actividades, embora se reconheçam algumas dificuldades na

compatibilização entre as necessidades do projecto e a vontade e as necessidades dos voluntários e no que respeita à sua formação (inadequada).

A formação ainda não está generalizada para este tipo de trabalhadores, embora uma maioria de organizações tenha referido que os seus voluntários beneficiam ou beneficiaram de algumas acções desse tipo, realizadas sobretudo internamente e como formação inicial (geral ou específica). A sua existência de uma forma contínua é contudo uma das sugestões mais apontadas para melhorar o desempenho destes agentes.

Refira-se, por último, em termos dos resultados obtidos neste estudo, que, apesar da nova Lei do Voluntariado de 1998 ser, genericamente, considerada positiva, as organizações inquiridas declararam não ter sido consultadas nem contactadas para qualquer encontro ou debate sobre a mesma, embora também não lhe tenham tecido qualquer comentário quando convidadas a fazê-lo neste inquérito.

Como reflexões finais, pode-se dizer que deste **estudo preliminar** se conclui nomeadamente que:

- o voluntariado assume um papel importante nas sociedades actuais em múltiplas áreas e funções;
- é necessário aprofundar muito mais a investigação e o reconhecimento sobre a sua natureza, objectivos, dimensão, perfil, modos de acção, processos de reconhecimento social e interacção com outros sectores da sociedade;
- uma formação contínua e permanentemente adaptável à evolução dos seus factores envolventes é uma condição fundamental para um desempenho mais eficiente e uma intervenção mais eficaz dos voluntários;
- o enquadramento legal do papel e da natureza do voluntariado e das organizações voluntárias e de voluntários na sociedade é um instrumento importante para a definição dos seus direitos e deveres e para a clarificação das suas relações com o Estado e os outros sectores institucionais, mas não pode ser a sua única matriz de referência e enquadramento;
- é fundamental desenvolver estratégias de marketing do voluntariado e das suas funções e características, como forma de contribuir para um reconhecimento social mais liberto de preconceitos do passado e mais aberto às novas realidades e perfis que nesta área se vêm afirmando.

No que se refere especificamente à formação dos voluntários a trabalhar nestes domínios da luta contra a pobreza e a exclusão social, surgem como temas a ter em conta, no sentido de uma melhoria da sua compreensão da realidade e das suas capacidades de intervenção, os seguintes:

- "As mudanças nas sociedades contemporâneas e o papel do voluntariado";
- "Pobreza e exclusão social no Mundo actual: conceitos, manifestações, factores e consequências";
- "Do assistencialismo ao desenvolvimento: metodologias de intervenção, numa perspectiva do voluntariado";

- "Metodologias específicas de trabalho com crianças/jovens/famílias/pessoas de idade maior, tendo em conta os respectivos factores de risco nas sociedades actuais";
- "Trabalho em parceria: vantagens e riscos";
- "Estratégias de liderança e organização em contextos de voluntariado ou mistos";
- "Modelos de gestão de recursos humanos aplicados às características do voluntariado";
- "Avaliação de desempenho no caso dos voluntários: critérios e indicadores".

Estas são algumas das sugestões que este estudo permitiu e que essencialmente devem ser encaradas como pistas para futuros aprofundamentos.

BIBLIOGRAFIA

- Ataíde**, Isabel Maria (1966) - "Trabalho social de voluntários", *Informação social*, nº 4
- Baptista**, Myriam Veras (1970) - "Trabalhando com voluntários", *Debates sociais*, nº 10
- Barel**, Yves (1982) - "Les enjeux du travail social", *Action et Recherches Sociales*, Nº3
- Belcher**, Victor (1991) - *The city parochial foundation 1891-1991: a trust for the poor of London*, Aldershot: Scolar Press
- Beauchard**, Jacques (1984) - "L'action social: de l'interrogation à la réduction des exclusions", *Action et Recherches Sociales*, nº2
- Beaud**, Stéphane; Gérard Noiriel (1990) - "L'Assimilation" un concept en panne», *Les Cahiers de la recherche sur le travail social*, Nº 18
- Bec**, Colette; Yves Luchard (1989) - "Les secours de L'histoire", *Les Cahiers de la Recherche sur le travail social*, nº16
- Bertaux**, Roger (1990) - "Les dimensions historiques de la gestion du social", *Les Cahiers de la Recherche sur le travail social*, nº18
- Bouquet**, Brigitte (1987) - "L'urgence incontournable", *Action et Recherches Sociales*, nº2
- Boltansky**, Luc (1995) - "Construction et légitimation de la demande sociale", *Recherche social*, Nº 136
- Bouamama**, Said (1998) - "Travail social et mouvement social", *Contradictions*, Nº87
- Bulmer**, Martin (1986) - *"Neighbours: The work of Philip Abrams"*, Cambridge: Cambridge University Press
- Calo**, Juan Ramón (1990) - *"Que es ser voluntario"*, Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado
- Castel**, Robert (1975) - *"Les métamorphoses de la question sociale"*, Paris: Fayard
- Castel**, Robert (1989) - "La question social commence en 1349", *Les Cahiers de la Recherche sur le travail social*, nº16
- Chantreau**, André (1982) - "Le mythe de la solidarité: autour du cycle arthurien de la Table Ronde", *Action et Recherches Sociales*, nº4
- Chopart**, Jean-Noel (1987) - "Integralisme et Catholicisme social aux anciennes morales du travail social", *Les Cahiers de la Recherche sur le travail social*, Nº12
- Cochart**, Dominique (1986) - "Fin d'une politique social: L'Urgence, individualisation de la pauvreté", *Action et Recherches sociales*, Nº3
- Congres** Europeen du voluntariat (1991) - *"Le voluntariat c'est l'affaire de tous: conclusions"*, Ponencia
- Coordinadora de organizaciones no gubernamentales para el desarrollo (1990) - *"Voluntariado y cooperation al desarrollo"*, Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado
- Cortright**, David; Watts, Max (1991) - "The volunteer army: its origins and consequences", in Cortright, David; Watts, Max, *Left face: Soldier unions and resistance movements in modern armies*, London: Greenwood Press
- Direcção geral da família Cáritas Arquidiocesana de Braga (1996) - "Encontro de voluntariado da Região Norte", Primeiro encontro de voluntariado da Região Norte

- European congress of volunteers (1991) - *Reports book*, Barcelona
- Fischer, Fritz** (1998) - " *Making them like us: peace corps volunteers in the 1960s*", Washington: Smithsonian Institution
- Giacomo, J.-P.** (1988) - " *Le volontariat social*", Mous: I.S.S.H.A.
- González, Paloma Garcia** (1994) - "Trabajo comunitario: Una historia acabada?", *Revista de Trabajo Social*
- Halba, Bénédicte; Le Net, Michel** (1998) - " *Bénévolat et volontariat dans la vie économique, sociale et politique*", Paris: La Documentation Française
- Hespanha, Pedro** (1999) - "Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa", *Cadernos de política social*, nº 1: Associação Portuguesa de Segurança Social
- Hespanha, Pedro** (1999) - "Comentário ao texto de Ramesh Mihra" Para além dos Estados-nação: A política social na era da globalização", *Cadernos de política social*, nº 1: Associação Portuguesa de Segurança Social
- Higgins, Joan** (1985) - "Les Theories de controle sociale dans le champ des politiques sociales", *Les cahiers de la Recherche sur le travail social*, Nº9
- Hintemeyer, Pascal** (1983) - "Mise en perspective historique du rapport social à la pauvreté", *Action et Recherches Sociales*, nº4
- Jeudy, Henry-Pierre** (1984) - "Pour une critique de la notion de risque", *Action et Recherches Sociales*, Nº3
- Korten, David C.** (1990) - " *Getting to the 21st century: Voluntary action and the global agenda*", New York
- Mawby, R. I.** (1989) - "The voluntary sector's role in a mixed economy of criminal justice", in Mathews, Roger (ed.), *Privitizing criminal justice*, London: Sage Publications
- Navajo, Gomez Pablo** (1990) - " *Captacion, acogida y orientacion de voluntariado*", Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado
- Nicolas, Jean-Pierre** (1983) - "La pauvreté assistée", *Action et Recherches Sociales*, nº4
- Oliveira, Teresa Isabel** (1994) - "Intervenção social num contexto de exclusão...", *Forum Sociológico*, Nº5
- Paul, Constança; Martin, Ignácio; Roseira, Luis** (1999) - " *Comunidade e Saúde: satisfação dos utentes e voluntariado*", Porto: Afrontamento
- Pellegrini, Bernard** (1991) - "A propos d'une journée D'E.C.A.R.T.S.: De la question social au travail social, l'écart du politique? ", *Les cahiers de la recherche sur le travail social*, vol.3
- Ramesh Mihra** (1999) - "Para além dos Estados-nação: A política social na era da globalização", *Cadernos de política social*, nº 1: Associação Portuguesa de Segurança Social
- Robichaud, Suzie; Lemieux, Vicent** (2000) - "As formas de troca voluntária no Quebec", *Informação Social*, nº 21
- Robichaud, Suzie** (1999) - "O voluntariado no Quebec: direcção e gestão", *Informação Social*, nº 20
- Roca, Joaquín Garcia** (1990) - " *Voluntariado y servicios sociales de base*", Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado
- Roca, Joaquín Garcia** (1998) - " *Solidaridad y Voluntariado*", Madrid
- Rochet, Claude; Silva, Armando Pereira** (1992) - " *Management das associações*", Lisboa: Instituto Piaget
- Rodrigues, Fernanda; Stoer, Stephen P., Vieira, Paula Cristina; Monteiro, Alcina** (1993) - " *Acção local e mudança social em Portugal: o caso de Oliveira do Douro*", Lisboa: Fim de Século
- Roßteutscher, Sigrid** (2000) - "Democracia Associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?", in Viegas, José Manuel Leite; Dias, Eduardo Costa (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta
- Santos, Figueiredo J.** (1996) - "Desconstruir a solidariedade, transformar a assistência", *Informação Social*, nº 13/14
- Stern, Vivien** (1994) - "The future of the voluntary sector and the pressure groups", in Player, Elaine; Jenkins, Michael (eds.), *Prisons after wolf: reform through riot*, London: Routledge
- Semboja, Joseph; Therkildsen, Ole** (1995) - " *Service provision under stress in east Africa: the State; NGO & People's organizations in Kenya, Tanzania & Uganda*", Copenhagen: Centre of Development Research
- Smith, Justin Davis; Rochester, Colin; Hedley, Rodney** (eds.) (1995) - " *An introduction to the voluntary sector*", London: Routledge
- Toscano, Maria de Fátima** (1992), - "Os conceitos de pobreza como categorias de análise sociocêntrica - uma leitura das abordagens sociológicas do industrialismo", *Forum Sociológico*, Nº1
- Tsang, Nai Ming** (1998), "Beyond theory and practice integration in social work: lessons from the west", *International social work*, Nº 41

REVISTAS

1978, *Recherche Sociale* - Le Tiers-secteur non marchand (número temático), n° 67

1992, *Recherche Sociale* - La formation des Bénévoles dans le secteur associatif (número temático), n° 123

1995, *Revista Critica de Ciências Sociais* - A Sociedade Providência (número temático), n° 42

1999, *International social work*, N° 3, vol. 42

Acción Crítica - revista peruana que se dedica exclusivamente à questão do trabalho e política social nas suas diversas vertentes

Documentación Social - Revista de estudios sociales y de sociología aplicada, números temáticos:

- Mundo asociativo
- Voluntariado
- 2001 Repensar o voluntariado
- Los servicios sociales
- Trabajo social y servicios sociales
- Políticas contra la exclusión social
- Trabajando por la justicia

Informations Sociales, números temáticos

- Travail social: l'individu, le groupe, le collectif
- L'action sociale: est-elle efficace
- Les citoyens face à la pauvreté
- De l'ingénierie sociale
- Budgets précaires
- Les héros du social
- La commande sociale
- Aide et action sociale: qui paye

ANEXO - Guião de recolha de informação

PROJECTO AGA KHAN
ESTUDO SOBRE O VOLUNTARIADO SOCIAL NOS PROJECTOS DE LUTA CON-
TRA A POBREZA
GUIÃO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

NOTAS PRÉVIAS:

→ OBJECTIVOS GERAIS

No âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, este estudo tem por objectivo recolher e analisar a informação sobre os voluntários nos seus projectos, nomeadamente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Principais características;
- (ii) Avaliação do seu desempenho;
- (iii) Processos de recrutamento, gestão e avaliação do trabalho voluntário;
- (iv) Relacionamento das organizações com os poderes públicos, neste domínio.

→ POPULAÇÃO-ALVO

Este guião de recolha de informação deverá ser respondido pelos chefes dos Projectos de Luta contra a Pobreza, com o eventual apoio das instituições parceiras do Projecto **que tenham voluntários a trabalhar nas actividades deste** (preencher um inquérito por instituição-parceira que contribua com voluntários para o Projecto).

ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
DOS PROJECTOS DE LUTA CONTRA A POBREZA QUE TÊM VOLUNTÁRIOS A
TRABALHAR NOS PROJECTOS

0.1 Designação _____

0.2 Natureza jurídica

- ☐ Particular, sem fins lucrativos
- ☐ Privado lucrativo
- ☐ Outra. Qual _____

0.3 Sector de actividades _____

I. CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

1.1. Indique o **número de trabalhadores voluntários e o número de trabalhadores remunerados** que desempenham actualmente funções na Organização/Instituição:

- ☐ Trabalhadores voluntários _____ (nº)
- ☐ Trabalhadores remunerados _____ (nº)
- ☐ Outros trabalhadores não remunerados (*estagiários, etc*) _____ (nº)

1.2. Indique o número de trabalhadores voluntários da Organização/Instituição que estão a colaborar no Projecto _____

1.3 Indique a **carga horária mensal aproximada** de trabalho voluntário com que a Organização/Instituição contribui para o Projecto _____

1.4 Indique qual o tipo de **horário desempenhado pelos trabalhadores voluntários** que exercem actualmente funções no Projecto:

- ☐ Tempo completo _____ (nº trab. vol.)
- ☐ Tempo parcial _____ (nº trab. vol.)
- ☐ Outro. Qual? (indique o nº de horas) _____ (nº trab. vol.)

1.5 Entre os trabalhadores voluntários que exercem actualmente funções no Projecto, indique se existe **rotatividade** entre estes ao longo do ano (se rodam entre eles a contribuição que dão para o Projecto):

Sim ☐
Não → P. 1.7 ☐

1.6 Como se **organiza essa rotatividade**?

Rotatividade semanal ☐
Rotatividade quinzenal ☐
Rotatividade mensal ☐
Rotatividade trimestral ☐
Outra. Qual? _____ ☐

1.7 Indique como se distribui o número de voluntários que actualmente exercem funções no Projecto, pelas seguintes categorias:

		Nº de voluntários
Sexo	Homens	_____
	Mulheres	_____
Idade	Menos de 20 anos	_____
	20 a 30 anos	_____
	31 a 45 anos	_____
	46 a 65 anos	_____
	+ de 65 anos	_____
Nacionalidade	Portuguesa	☐
	PALOP	☐ Qual _____
	União Europeia	☐ Qual _____
	Outra	☐ Qual _____

Condição perante o trabalho

Exercem profissão _____
 Estudantes _____
 Incapacitados permanentes _____
 Reformados _____
 Desempregados _____
 Doméstica/o _____

Nível de Escolaridade

(Se ainda está a estudar, assinale com uma x o nível mais elevado que completou)

Não sabem ler/escrever _____

1º ciclo (4º ano/classe) _____

2º ciclo (6º ano) _____

3º ciclo (9º ano) _____

Ensino secundário (12ºano) _____

Ensino superior (licenciatura) _____

Ensino pós-graduado _____

(mestrado, doutoramento...) _____

Estado Civil

Solteiros _____

Casados _____

União de facto _____

Divorciados _____

Viúvos _____

1.8 Assinale, na seguinte lista de actividades, **quais são aquelas realizadas pelos trabalhadores voluntários** que exercem actualmente funções no Projecto:

Tarefas de gestão/direcção ☐

Participação nos órgãos sociais ☐

Angariação de fundos ☐

Tarefas administrativas ☐

Formação ☐

Apoio a crianças ☐

Apoio a jovens ☐

Apoio a famílias ☐

Apoio a idosos ☐

Outras. Quais? ☐

II. RECRUTAMENTO DE VOLUNTÁRIOS

2.1 Assinale, da lista que se segue, quais as **razões principais que estiveram na base do recrutamento de trabalhadores voluntários** para a Instituição/Organização:

Baixo custo dos voluntários ☐

Motivação / entusiasmo dos voluntários ☐

Maior empatia dos voluntários com os beneficiários ☐

Esforço e capacidade de trabalho dos voluntários ☐

Capacidade de inovação e adaptação dos voluntários ☐

Capacidade de detectar novas necessidades dos beneficiários ☐

Maior flexibilidade dos voluntários ☐

Os voluntários promovem o desenvolvimento e participação da comunidade ☐

Porque o Estado não assume as suas responsabilidades ☐

Porque a Instituição/Organização não tem recursos financeiros suficientes ☐

Outra. Qual? _____ ☐

2.2 Relativamente ao processo de recrutamento dos trabalhadores voluntários para a Instituição/Organização assinale, da lista que se segue, as **formas de recrutamento mais frequentes**:

a) Por iniciativa da Instituição/Organização ☐

Por iniciativa do voluntário ☐

Outra lógica. ☐

Qual _____

b) Através de:

Redes pessoais (amigos/conhecidos da Instituição/Organização) ☐

Associados/cooperantes ☐

Pais/amigos de beneficiários da Instituição/Organização ☐

Beneficiários ou ex-beneficiários da Instituição/Organização ☐

Contactos profissionais ☐

Contactos pessoais ☐

Campanhas de rua/panfletos/posters da Instituição/Organização ☐

Campanhas nos meios de comunicação ☐

Campanhas no seio da comunidade ☐

Colaboração com empresas. ☐

Colaboração com escolas/universidades ☐

Colaboração com organizações religiosas ☐

Programas do Estado (Administração Local e Central) ☐

Outra. Qual? _____ ☐

2.3 Indique quem faz a avaliação, na Instituição/Organização, das **necessidades de recrutamento** de trabalhadores voluntários:

1. _____

2. _____

3. _____

III. GESTÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

3.1 Como avalia o **relacionamento** existente na **Instituição/Organização** entre os trabalhadores voluntários e os trabalhadores remunerados?

Muito bom ☐
 Bom ☐
 Sofrível ☐
 Mau ☐

3.2 Como avalia o **relacionamento** existente no **Projecto** entre os trabalhadores voluntários e os trabalhadores remunerados?

Muito bom ☐
 Bom ☐
 Sofrível ☐
 Mau ☐

3.3 Indique qual o **tipo de formação** que é administrada aos trabalhadores voluntários que trabalham no Projecto:

	Na Instituição	No exterior
Formação inicial geral	☐	☐
Formação inicial específica p/ determinadas tarefas	☐	☐
Formação contínua/periódica	☐	☐
Não existe formação		☐

3.4 Quem financia essa formação?

A Instituição/Organização de pertença ☐
 O Projecto ☐
 Outro ☐
 Qual _____

3.5 Indique qual o **tipo de apoio/acompanhamento** que é dado no Projecto aos trabalhadores voluntários:

Atendimento individual esporádico ☐
 Atendimento individual regular ☐
 Reuniões de grupo esporádicas ☐
 Reuniões de grupo regulares ☐
 Outro. Qual? _____ ☐
 Não existe apoio/acompanhamento ☐

3.6 Indique se a **formação, supervisão e acompanhamento** dos trabalhadores voluntários é realizada por trabalhadores voluntários ou remunerados da Instituição/Organização, por membros da equipa do Projecto ou por agentes externos à Instituição/Organização e ao Projecto:

	Voluntários	Remunerados	Projecto	Agentes externos	Não é feita
Formação	☐	☐	☐	☐	☐
Supervisão	☐	☐	☐	☐	☐
Acompanhamento	☐	☐	☐	☐	☐

IV. OBSTÁCULOS AO TRABALHO VOLUNTÁRIO

4.1 Relativamente às **dificuldades no recrutamento** de trabalhadores voluntários, quais são aquelas mais sentidas pela Instituição/Organização?

Dificuldade em conciliar as necessidades da organização e a experiência do voluntário ☐
 Dificuldade em conciliar as necessidades da organização e a vontade do voluntário ☐
 Existência de determinadas áreas mais procuradas/solicitadas pelo voluntário ☐
 Formação inadequada do voluntário ☐
 Falta de apoios por parte dos órgãos públicos ☐
 Outra. Qual? _____ ☐

4.2 Indique quais as dificuldades mais sentidas pela Instituição/Organização ao nível do **desempenho eficiente** do trabalhador voluntário:

Habilitações/formação do voluntário ☐
 Assiduidade ☐
 Sentido da responsabilidade ☐
 Motivação/entusiasmo do voluntário ☐
 Dificuldades de enquadramento ☐
 Gestão do relacionamento entre trabalhadores voluntários e trabalhadores remunerados ☐
 Gestão das necessidades da Instituição/Organização e das do trabalhador voluntário ☐
 Outra. Qual? _____ ☐

4.3 Indique, por favor, algumas sugestões quer para o **melhoramento do recrutamento de voluntários** (sugestão 1), quer para um **desempenho mais eficiente do trabalhador voluntário** (sugestão 2):

Sugestão 1:	Sugestão 2:

V. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

5.1 A Instituição/Organização alguma vez foi consultada relativamente à nova Lei de 98 (**Nova Lei do Voluntariado**)?

Sim ☐
Não ☐

5.2 Foi promovido algum encontro entre os órgãos públicos e as Instituições/Organizações para **debate de ideias**?

Sim ☐
Não ☐

5.3 Relativamente à nova Lei de 98, qual é a **sua opinião**?

Boa ☐
Satisfatória ☐
Não satisfatória ☐
Má ☐

5.4 Em relação a essa Lei, tem algum comentário a fazer ?

Setembro de 2001